



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB
MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA/
2014-2015

NORMA MARIA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA SENSIBILIZAÇÃO E RESPEITO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** a desconstrução da
invisibilidade, discriminação e preconceito na diversidade de gênero e
sexualidade.

Brasília – DF
OUTUBRO 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB
MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA/
2014-2015

**A CONSTRUÇÃO DA SENSIBILIZAÇÃO E RESPEITO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** a desconstrução da
invisibilidade, discriminação e preconceito na diversidade de gênero e
sexualidade.

NORMA MARIA DE OLIVEIRA

PROFESSORA ORIENTADORA:
PROF^a Dra^a Hέλvia Leite Cruz

TUTOR ORIENTADOR:
Luciano Matos de Souza

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PIL

BRASÍLIA– DF, Outubro / 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA/2014-2015

NORMA MARIA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA SENSIBILIZAÇÃO E RESPEITO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** a desconstrução da
invisibilidade, discriminação e preconceito na diversidade de gênero e
sexualidade.

Projeto de Intervenção Local – PIL. Trabalho de
Conclusão do III Curso Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como
parte dos requisitos necessários para obtenção do grau
de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

PROF^a Dra^a Hέλvia Leite Cruz

Professor Orientador

Luciano Matos de Souza

Tutor Orientador

Avaliador Externo

BRASÍLIA – DF, Outubro /2015

Dedico este singelo projeto a minha mãe, Dona Aucira, exemplo de sabedoria, justiça e humanidade, que soube, num passado bem remoto, respeitar, acolher e, principalmente, aceitar homossexuais sem questioná-los e tentar transformá-los. Luz eterna que ilumina a minha caminhada.

Aos meus alunos do grupo LGBTs, um obrigada especial pela convivência e participação no olhar tímido, misto de receio e orgulho, aos simpatizantes, pela reconfortante ideia que a mudança de paradigmas é possível e o despertar para a cidadania e respeito à diversidade nos identifica como indivíduos evoluídos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, fé e esperança.

A Pablo, Paloma e Pâmela, no amor incondicional, na força, no trabalho recíproco, nas linhas e entrelinhas e no sentido de viver.

A Marco, pela minha alegria, paciência e apoio ilimitado.

Agradeço a cada ativista anônimo pelo mundo, que não perdem a coragem de exposição ante o medo do ódio e violência de seres incompletos, e com coragem lutam pelo reconhecimento da igualdade em sonhar, amar, viver e expressar seus sentimentos.

Sou grata ao aprendizado à riqueza de conhecimentos com os colegas da plataforma numa cumplicidade tácita.

Ao orientador prof. Luciano Matos pelo acolhimento, carinho e respeito. À Profª Drª Hélivia pela orientação e paciência por tantas páginas lidas e corrigidas.

Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?
Ser o que penso? Mas penso ser tanta coisa!
E há tantos que pensam ser a mesma coisa que não
pode haver tantos!

...

Fiz de mim o que não soube,
'E o que podia fazer de mim não o fiz.
O dominó que vesti era errado.
Conheceram-me logo por quem não era e
não desmenti, e perdi-me.
Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara.
Quando a tirei e me vi ao espelho,
Já tinha envelhecido.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este Projeto de Intervenção Local (PIL) tem por objetivo refletir sobre o acolhimento aos alunos na sua Diversidade e Orientação Sexual. Estamos conscientes de que este projeto terá um enorme desafio primeiro por não dispor da participação de muitos educadores e depois o preconceito e discriminação contra os homossexuais é alarmante, visto que é um processo cultural e sócio-religioso. Entretanto longe de nos desestimular, essa realidade nos encoraja a dar este importante passo, pois precisamos mostrar aos alunos que o sentimento de respeito e humanidade para com os outros é o caminho mais consistente e promissor para uma escola sem intolerância, discriminação e preconceito e, conseqüentemente, um país mais justo plural e democrático. O propósito é desenvolver propostas legítimas em que professores e alunos sejam capazes de (re)formular (pré)conceitos ao grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs). É mister promover a sensibilização, enternecer o sentimento de empatia e tornar a escola um lugar mais igualitário e justo, capaz de preparar alunos dignos, éticos e solidários e desse modo construir uma sociedade evoluída e menos individualista. Serviu como fomento o curso Projeto Vidas Plurais: Enfrentando o Sexismo e a Homofobia na Escola, 2011, embrião para a revisão e (re)formulação de (pré)conceitos subjetivos. A base teórica foi o Curso Gênero e Diversidade na escola 2013, um convênio entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) e os princípios ideológicos dos livros: Gênero, Sexualidade e Educação, de Guacira Lopes Louro, 2012 sobre o desafio dos professores em repensar as práticas educacionais e as relações de gênero e sexualidade e Preconceito contra Homossexualidade – a hierarquia da invisibilidade PRADO & MACHADO, 2012 sobre as formas de significação da sexualidade, a noção de invisibilidade e a manutenção das hierarquias sociais e de poder.

Palavras-chaves: Diversidade. Gênero. Empatia. Preconceito. Discriminação. Invisibilidade. Escola. Respeito. Direitos Humanos.

LISTA DE GRÁFICOS – FONTE PPP / 2014

Gráfico 1 - Grau de satisfação com a escola – segmento aluno.....	21
Gráfico 2 - Grau de satisfação com a escola – segmento professor.....	21
Gráfico 3 - Atribuição ao baixo rendimento – Segmento aluno.....	22
Gráfico 4 - Horas dedicadas ao estudo em casa – Segmento aluno.....	22
Gráfico 5- Frequência do acompanhamento dos pais e/ou responsáveis. Segmento aluno.....	23
Gráfico 6 - Importância da conclusão do Ensino Médio – Segmento Aluno.....	23
Gráfico 7 - Contribuição dos projetos desenvolvidos na escola – segmento aluno.....	24
Gráfico 8 - Contribuição dos projetos desenvolvidos na escola – segmento professor.....	24
Gráfico 9 – Violações relacionadas à população LGBT no DF	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas

Art. por artigo

Id por idem

Ibid por ibidem

Cf. por confronto ou confira

Obs. por observação

Siglas

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CDE/DF - Conselho Distrital de Educação/DF

CEB - Conselho de Educação Básica

CEM 03 – Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação – 2014

CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

CNDL/LGBTs - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

CF - Constituição Federal

CRE - Coordenações Regionais de Ensino

DNE - Diretrizes Nacionais de Educação

DF - Distrito Federal

DREC - Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FE/UnB Faculdade de Educação

GDF - Governo do Distrito Federal

GREBS - Gerências Regionais de Educação Básica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transsexual

MEC - Ministério de Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PIL – Projeto Intervenção Local

PL – Projeto de Lei

PMEDH - Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEDF - Secretaria Especial de Direitos Humanos

SOE - Serviço de Orientação Educacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 Dados de Identificação do Projeto	14
2 Ambiente Institucional	15
2.1 ORIGEM HISTÓRICA, NATUREZA E CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	15
2.2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA	18
3 DESENVOLVIMENTO.....	26
3.1 Reflexões entre a teoria e a Praxis	26
3.2 Pressupostos do Novo Currículo	31
3.3 Caracterização do Problema	33
3.4. Desmistificando as expressões da Diversidade de Gênero	34
3.5 Referências Legais	38
3.6 A estrutura Social da Escola	41
3.7 A Homofobia no Brasil	43
3.8 Papel da EJA e o Acolhimento à Diversidade	47
4 JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	49
4.1 Dispositivos Legais ao Grupo LGBTs	51
4.2 A Escola e a Construção da Invisibilidade	54
4.3 No meio do caminho... Havia um preconceito	63
5 OBJETIVOS	65
5.1. Objetivo Geral	65
5.2. Objetivo Específico	65
6 RESPONSABILIDADE E AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.....	66
7 ATIVIDADES E CRONOGRAMA.....	68
7.1 Atividades Sensibilizadoras	68

7.2 Apresentações para a Semana da EJA	70
8 CRONOGRAMA E AVALIAÇÃO.....	72
9 PARCEIROS.....	74
10 ORÇAMENTOS.....	75
11 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	76
12 ANEXO.....	77
12.1 Plano de Ação	81
12.2 Avaliação	82
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

Só evoluiremos como seres humanos melhores, quando formos capazes de respeitar e aceitar o outro plenamente e com suas peculiaridades.

(Norma)

Este Projeto de Intervenção está direcionado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Turno Vespertino e Noturno e versa sobre as relações interpessoais na escola em relação à Diversidade de Gênero e Orientação Sexual.

Considerando a educação como um processo social e de aprendizado, as relações que permeiam o contexto escolar são fundamentais para o desenvolvimento pessoal, social e de evolução dos sujeitos quanto ao sentimento de empatia, direito e respeito ao próximo. E a partir dessa perspectiva, faz-se necessário repensar os relacionamentos dentro da escola sobre a invisibilidade, discriminação e/ou evasão dos alunos pertencentes ao grupo das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBTs.)

A mobilidade do mundo globalizado, a inter-comunicação e visibilidade nas redes sociais exige das pessoas uma (re)adaptação à sociedade a si próprio e a reavaliação dos (pré)conceitos. Esse chamado da mídia instiga a busca da identificação e reconhecimento do grupo LGBTs. Cabe à escola acolher às alunas e alunos do grupo que por inúmeras razões, biológicas, sociais, familiares e culturais não assumiram a sua orientação sexual e necessitam de proteção, conhecimento legal e fortalecimento à nova realidade, tornando-os protagonistas de sua própria história.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Período de execução

Início (mês/ano): 1º semestre / 2015 **Término (mês/ano):** ação contínua

Identificação

- Coordenação Regional de Ensino: Ceilândia
- Instituição: CENTRO DE ENSINO MÉDIO 03 DE CEILÂNDIA
- Endereço: QNM 13 ÁREA ESPECIAL – CEILÂNDIA SUL
- Telefone: 3901-3747
- Localização: ZONA URBANA
- Data de criação: 12 DE NOVEMBRO DE 1971.
- Reconhecimento: PORTARIA 003 DE 12 DE JANEIRO E 2004 – SEDF
- Turno de Funcionamento: VESPERTINO E NOTURNO
- Nível de ensino ofertado: ENSINO MÉDIO E EJA NOS 3 SEGMENTOS

2 AMBIENTE INSTITUCIONAL

ORIGEM HISTÓRICA, NATUREZA E CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

O Centro de Ensino Médio 03 (CEM 03) é uma escola atípica em relação a maioria, já que é a única que oferece a modalidade EJA no turno vespertino, e por estar localizada no centro da Cidade Satélite de Ceilândia, que de acordo com o Portal Brasil é o “segundo maior colégio eleitoral DF e na época, teve um crescimento acelerado, proporcional à esperança dos migrantes de encontrar, na região, trabalho e melhoria de vida. Surgiu a partir da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), realizada em 1971 pelo Governo do DF, de onde se originou o nome da Ceilândia ¹e que hoje é denominada Região Administrativa XI - Ceilândia de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal - capítulo II da Organização Administrativa do Distrito Federal em seu art. 10² e por isso a escola recebe alunos de todas as Regiões Administrativas³ e algumas cidades vizinhas pertencentes ao estado do Goiás.



¹ Disponível em https://www.portalbrasil.net/brasil_cidades_brasilia_ras.htm acesso em 28/09/15

² O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida” Disponível em <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao> acesso em 28/09/15

³ Bairros que na prática funcionam como típicas cidades, mas com a particularidade de não possuir prefeitos nem vereadores e sim administradores regionais e secretários indicados pelo Governador do Distrito Federal (GDF).

O Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia foi inaugurado em 12 de novembro de 1971, teve suas atividades iniciadas nesta mesma data, como Centro de Ensino de 1º Grau e atendia a alunos da 5ª a 8ª série encerrando assim o 1º grau, nomenclatura estabelecida pela Lei de Diretrizes e Base nº 5692 11/08 /71 e que estabelece em seu artigo 1º:

“Para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau⁴.”



Como se tratava de uma clientela com idade a partir de 11 anos, a escola foi criada num espaço bem amplo onde se podia, entre outras coisas, aproveitar muito a prática desportiva, com quadras cobertas/descobertas, pista de atletismo, banco de areia para saltos à distância, entre outros.

Os espaços abertos internos possuem canteiros e um viveiro, uma sala em formato arredondado designada a atividades culturais. São 3 blocos com 10 salas de aula comuns e um quarto bloco com salas de aula especiais equipadas com bancadas e pias designadas às aulas experimentais (desenvolver e testar a aplicação prática dos conceitos que são abordados em salas das disciplinas de Física, Química e Arte).

Os espaços amplos davam a esta escola a característica de ser grande para aqueles alunos provenientes das Escolas Coloridas (escolas pequenas para alunos que cursavam na época o 1º grau, que ia do Jardim de Infância até a quarta série, localizadas na

⁴ Planalto. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm > acesso em 28/09/15.

Ceilândia Sul, fundadas na mesma época). Assim, esses alunos ao concluírem esse período que se chamava Primário, eram encaminhadas aos Centros de Ensino para concluírem o 1º grau.



Em 11 de fevereiro de 1977, a Resolução n° 95 – CD⁵ transformou a escola em Centro Interescolar n° 01 de Ceilândia, (escola com diversas séries de 1º e 2º grau) que foi posteriormente vinculado ao Complexo Escolar “B” de Ceilândia. Em 17 de outubro do mesmo ano recebeu a denominação de Centro Educacional 03 de Ceilândia (por possuir apenas a modalidade regular, alunos de 1º e 2º grau) . Já em 2000 o nome foi novamente alterado para Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9.394, de 20/12/96 TÍTULO IV Da Organização da Educação Nacional em seu artigo 2º n° IV⁶, quando a escola passou a ser especializada em Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

⁵ ProEja. Disponível em < www.proeja.transarte.ifg.edu.br> Acesso em 19/10/2015.

⁶ ProEja“ Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf> > Acesso em 28/09/15

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA

Hoje, a situação física da escola é apresentada no quadro abaixo:

Nº	ESPAÇO FÍSICO	Nº	ESPAÇO FÍSICO
01	Sala de professores	01	Sala de coordenação
30	Salas de aula	01	Mecanografia
01	Auditório	01	Biblioteca
01	Sala laboratório de informática	02	Sala para laboratório. de ciências
01	Sala de artes	01	Serviço de Orientação Educacional – SOE
02	Banheiros p/ professores	02	Banheiros p/ alunos
01	Sala do grêmio (em formação)	01	Sala de ginástica
01	Quadra poliesportiva coberta	05	Quadras de esporte
01	Secretaria	01	Mecanografia-particular
01	Sala de servidores	01	Cantina
01	Sala de recurso (sala de atendimento aos alunos com necessidades especiais)	01	Lanchonete particular
02	Banheiro no auditório	01	Depósito da cantina

03	Camarins	01	Depósito material expediente
01	Sala de supervisão	01	Sl. de expediente administrativo
01	Sala de Direção	01	Sl. Banda Toque Especial (projeto de música com o professor de Educação Física e alunos de necessidades especiais)

O CEM 03 de Ceilândia atende hoje (2015) a 3.274 alunos divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno, moradores não só das quadras próximas, Ceilândia Norte e Sul, como também de outras Regiões Administrativas: Taguatinga, Recanto das Emas, Samambaia, Riacho Fundo e Águas Lindas cidade do Goiás.

De acordo com o Censo Escolar do Distrito Federal 2015, a clientela mencionada está matriculada nas seguintes modalidades:

ENSINO MÉDIO - turno matutino - 1ª série 535 alunos, 2ª série 241 alunos e na 3ª série 242 = total de 1.018 alunos.

EJA - 1º segmento (1ª a 4ª séries): 4 turmas perfazendo um total de 82 alunos; 14 turmas de 2º segmento (5ª a 8ª séries), com um total de 798 alunos; e 8 turmas de 3º segmento (1º ao 3º ano) com 876 alunos no turno da tarde e 14 turmas no turno noturno com 500 = totalizando 2.256 alunos.

Total geral da escola: 3.274 (três mil, duzentos e setenta e quatro alunos).

A Ceilândia é uma cidade em que o índice de violência é bastante alto, há muitos furtos, roubos e assaltos nas redondezas. Na escola vivenciamos conflitos e brigas resultando em mortes, pois o tráfico de drogas mantém uma participação efetiva na comunidade, e os alunos ficam muito vulneráveis à relacionamentos e influências negativas.

O grupo de alunos da EJA é bastante diversificado, pois enquanto temos adultos e idosos, contamos também com adolescentes acima de 15 anos.

No vespertino, a maioria pertence à classe média, e com um histórico familiar conturbado, pois muitos não moram com os pais, nem os conheceram algum dia, vivem nas mais diversas situações, com outros familiares. Alguns se dividem em compartilhar a

moradia com maridos, companheiros, avós, tios ou familiares mais distantes, vizinhos ou mesmo sozinhos. Muitos já têm passagem pela polícia, já estiveram nas Unidades de Internação para Menores Infratores, ou vêm dos abrigos para menores, outros estão estudando enviados pela justiça por meio de medidas socioeducativas. Conseqüentemente não possuem uma estrutura familiar sólida, digna, e valores como amor, respeito, humanidade, solidariedade e bem-estar em relação a si mesmo, ao outro e à sociedade em geral, e além disso, não precisam prestar esclarecimentos a ninguém por reprovarem ou quando abandonam a escola.

No turno noturno, a maioria trabalha como empregada doméstica, auxiliar de serviços gerais, atendentes, balconistas de lojas, serralheiros, e pedreiros ou ajudantes de pedreiros ou trabalham na informalidade, no entanto aspiram a uma vida melhor, um bom emprego e por conseguinte mais dignidade financeira.

Em relação aos alunos do vespertino, por alguns serem menores há o problema da resistência da maioria dos pais ou responsáveis em comparecer na escola para acompanhar a vida escolar do aluno. Os casos que mais necessitam de acompanhamento causam certo transtorno pela falta de parceria entre escola pais e ou responsáveis, culminando no afastamento ou reprovação dos mesmos e descontentamento por parte dos professores, direção e orientação educacional.

De acordo com o corpo docente, principalmente nas discussões durante as reuniões do Conselho de Classe, os índices escolares são preocupantes e merecem medidas diferenciadas, urgentemente, e um olhar atento de gestores e professores para as questões de:

- abandono/evasão: considerando que muitos alunos se matriculam e não comparecem à escola no início das aulas, outros desistem no decorrer do período letivo.
- reprovação: considerando que muitos alunos não apresentam desempenho escolar satisfatório (e chegam à série seguinte com muita defasagem e sem pré-requisito aumentando, portanto, o grau de dificuldade para o acompanhamento dos conteúdos).

E a partir desse discurso foi realizado um questionário no ano de 2013 em toda a escola para planejar ações voltadas às demandas da comunidade⁷.

⁷ Fornecido pelo Projeto Pedagógico Participativo (PPP) 2014

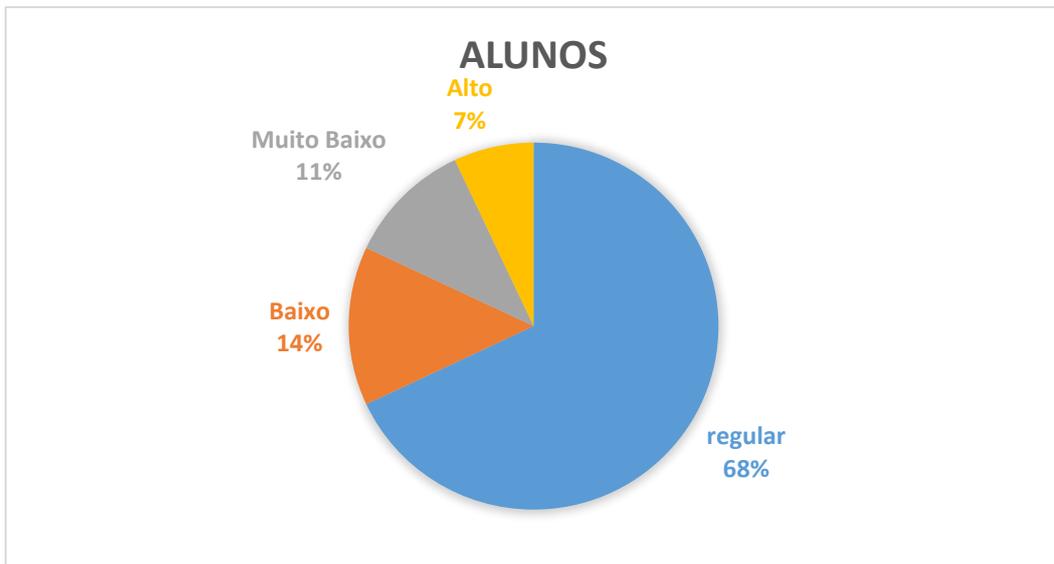


Gráfico 1 - Grau de satisfação com a escola – segmento aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

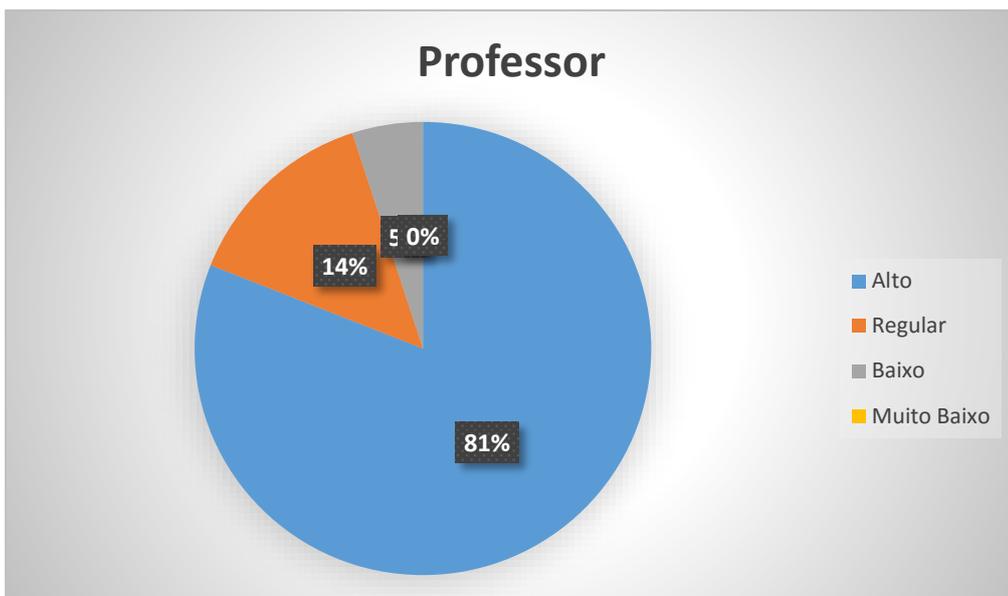


Gráfico 2 - Grau de satisfação com a escola – segmento professor. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

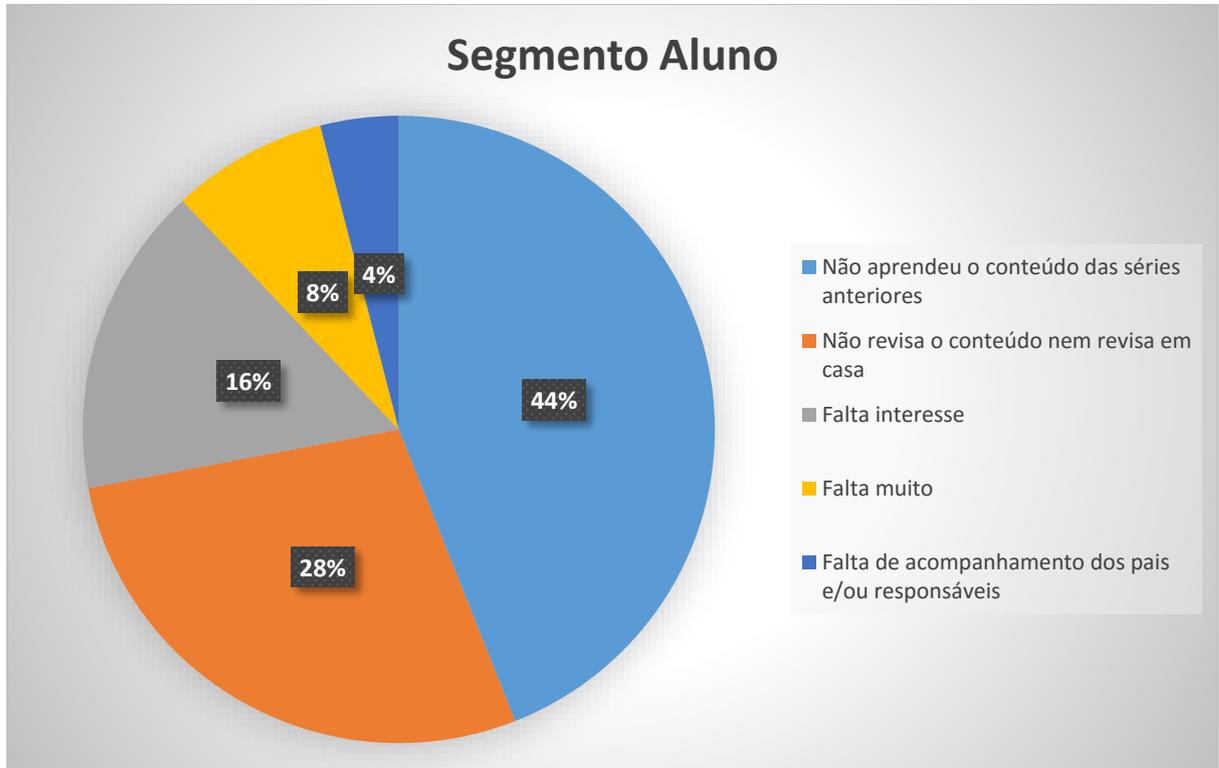


Gráfico 3 - Atribuição ao baixo rendimento – Segmento aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

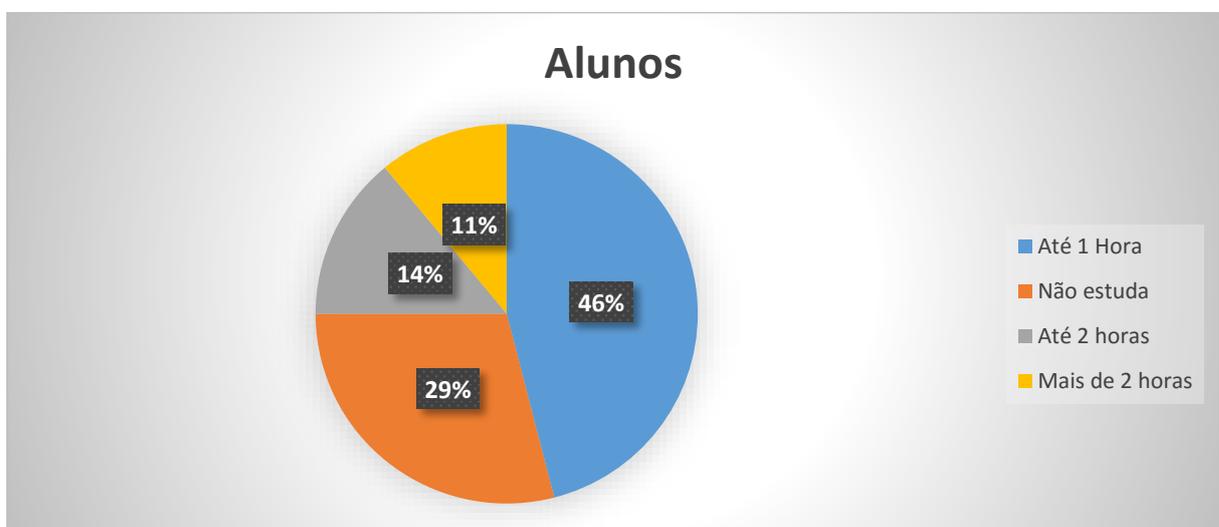


Gráfico 4 - Horas dedicadas ao estudo em casa – Segmento aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

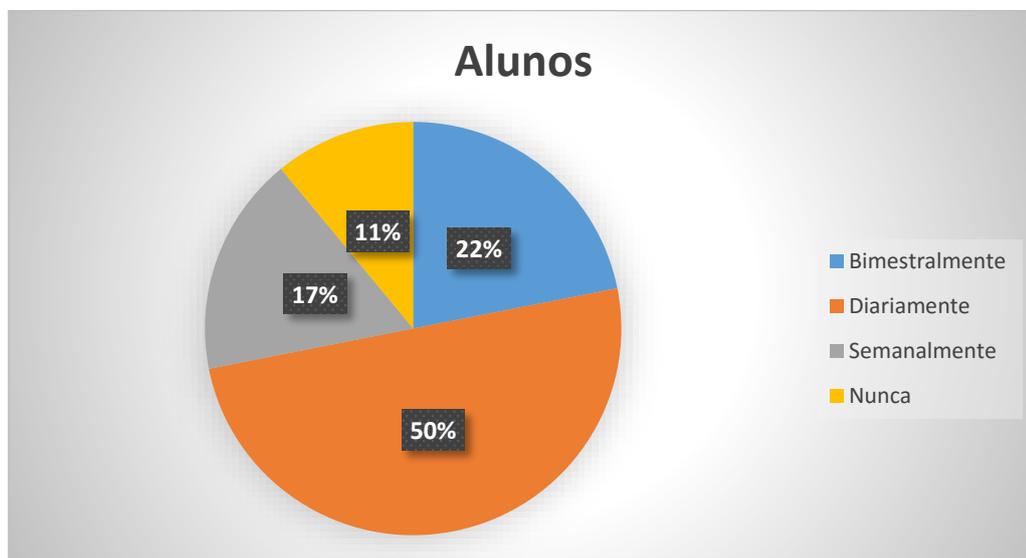


Gráfico 5- Frequência do acompanhamento dos pais e/ou responsáveis. Segmento aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

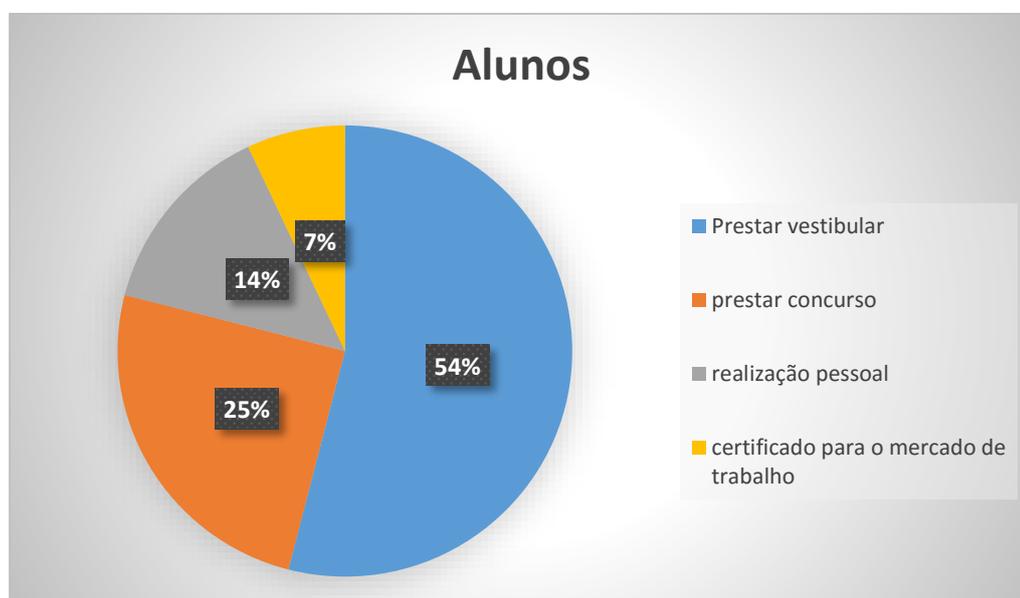


Gráfico 6 - Importância da conclusão do Ensino Médio – Segmento Aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

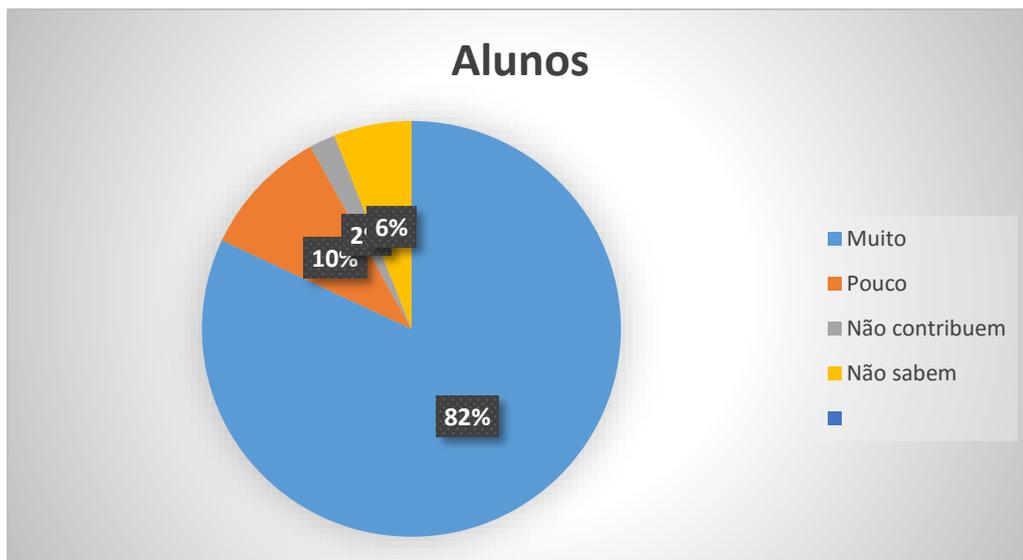


Gráfico 7 - Contribuição dos projetos desenvolvidos na escola – segmento aluno. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

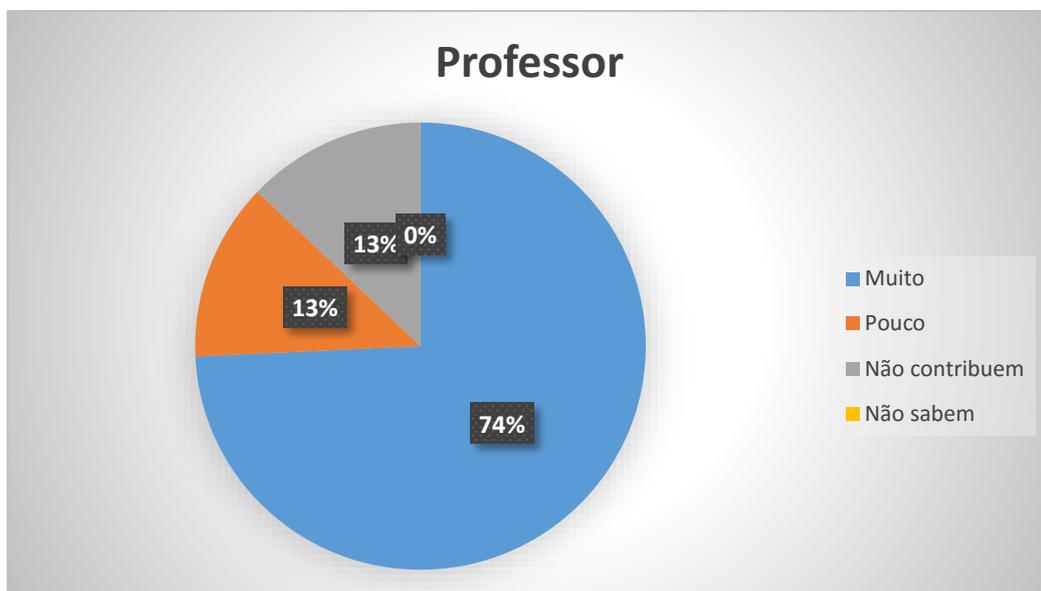


Gráfico 8 - Contribuição dos projetos desenvolvidos na escola – segmento professor. CEM 03 – Ceilândia DF. Fonte: PPP 2014

A estrutura física da escola foi adaptada para atender aos alunos com Deficiência Física, de acordo com as normas da própria Secretaria de Educação, com a construção de rampas de acesso aos corredores, piso rebaixado nas entradas das salas de aula, banheiros com barras, quadros brancos à pincel e a giz nas salas de aula.

Nos casos de alunos com laudos de transtorno mental (antigo DM), há a adequação curricular, onde as propostas curriculares flexibilizam-se para atender as necessidades de acordo com as diferenças individuais, seguindo orientação do CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL.

Além do atendimento especializado de apoio na sala de recursos, ambiente para atendimento aos alunos com necessidades especiais, a escola também possui o Serviço de Orientação Educacional – SOE que oferece orientação ao aluno, família e professores sempre que solicitado ou quando, através de uma análise prévia junto à comunidade escolar, percebe-se a necessidade da intervenção do SOE. (PPP-2014).

3 DESENVOLVIMENTO

REFLEXÕES ENTRE A TEORIA E A PRAXIS

“Da perspectiva coletivista, a intolerância e a brutal supressão da dissidência, o completo desrespeito pela vida e pela felicidade do indivíduo são consequências essenciais e inevitáveis dessa premissa básica.”
Friedrich Hayek

De acordo com o PPP / 2014:

O objetivo do CEM 03, em relação ao ensino médio, é articular, trocar informações e construir conhecimentos por meio de ações educativas, de projetos coletivos e parcerias com instituições. Em nosso entendimento, os projetos ressignificam os conteúdos abordados pelas diversas áreas de estudo, pois possibilitam tratar de forma mais reflexiva e menos mecânica os conteúdos que normalmente estão presentes nas disciplinas e contribuem para a ampliação do capital cultural dos nossos estudantes em sua formação geral.

No entanto, depois de reler conceitos, atitudes e ações explicitadas e analisar os dados do PPP da escola, pode-se perceber que não foi mencionado, neste questionário, nada ao que se refere às questões sobre os problemas ocorridos na escola, as razões da não satisfação e reprovação à escola. Também não houve referência da pesquisa às questões sobre Diversidade como: raça, cor, origem, gênero, e orientação sexual que pudessem ser analisadas e reavaliadas. Além de não fazer nenhuma referência sobre discriminação, e ou preconceito de qualquer origem.

No parágrafo abaixo, estabelecido no PPP do CEM - 03 de Ceilândia, o mesmo faz várias referências à função e aos objetivos da escola, informando que a mesma tem como missão:

desenvolver competências e habilidades, de modo a favorecer a habilitação nos jovens da dimensão da participação social, permitindo-lhes uma formação global; promover um engajamento entre educadores e comunidade local, procurando uma maior valorização do espaço escolar tanto por parte de alunos como dos funcionários da escola; resgatar o papel da escola como formadora e socializadora, onde ofereça um espaço de construção e vivência em que todos possam questionar e superar a exclusão social e toda forma de preconceito, construindo uma sociedade mais justa.

É indiscutível como a teoria, muitas vezes, se distancia da práxis, pois o objetivo da escola encontra-se bem afastado da realidade, pois onde se encontra o debate sobre respeito, diversidade e socialização?

Qualquer processo educacional perpassa por eixos que auxiliarão o estudante a alcançar seus objetivos, o conhecimento formativo, como atitudes, conceitos e ideias dentro de um contexto social, político, cultural e ambiental, de tal forma que o mesmo atue como protagonista de todo esse processo de aprendizagem para que possa ser um cidadão consciente e participativo na sociedade.

O Projeto Pedagógico da escola ainda reafirma que:

O educador, em sua prática pedagógica não é somente um “passador de conteúdo”, mas alguém que propicia o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética, além de encorajar o aluno a tornar-se progressivamente autônomo, capaz de interagir e resolver conflitos e isso está legitimado nos Princípios Norteadores das práticas pedagógicas: (PPP,2014, p. 15)

Princípios Axiológicos:

- Fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância;
- Formação de valores;
- Aprimoramento como pessoa humana;
- Formação ética;
- Exercício da cidadania.

Política da Igualdade:

- Aprender a conviver;
- Condutas de participação;
- Respeito para com o outro e ao que é público;
- Combate ao preconceito;
- Respeito às diferenças.

Ética da Identidade:

- Aprender a ser;
- Liberdade de pensamento;

- Construção de argumentos próprios.

Princípio Epistemológico:

- Aprender a conhecer;
- Aprendizagem por meio da construção de habilidade e competências;
- Conhecimento da construção coletiva.

Princípios Educacionais:

- Diversidade;
- Autonomia;
- Identidade.

A teoria estabelecida acima permeia os Princípios Norteadores do PPP - 2014 da escola e dos objetivos curriculares básicos de qualquer instituição progressista, inclusiva e democrática, visto que estão determinados nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio⁸ e são obrigações do educador.

Educar o aluno não é apenas conhecer as teorias, regras acadêmicas e obter informações descontextualizadas, mas sim prepará-lo para o exercício pleno da cidadania, respeitando a pluralidade da natureza humana, promovendo o desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões do seu eu, (re)construindo esse sujeito para a transformação da sociedade, com bases político-filosóficas.

Deve-se perceber a educação de acordo com a visão do homem e de mundo pretendido na interdisciplinaridade e na troca de experiências do grupo, ou seja, deve-se conceber a educação a partir dos princípios que constituem os 4 (quatro) pilares da educação: conhecer, fazer, conviver e ser. São conceitos baseados no Relatório para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenada por Jacques Delors⁹ (2012,p.31).

⁸ Ministério da Educação. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> acesso em 20/set/2015

⁹ Unesco. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso em 20/set/2015.

Os 4 Pilares da Educação estabelecem um pensar revolucionário sobre o processo educacional para o século XXI pois fornece subsídio para um melhor trabalho dos educadores, visto que envolve todos os sujeitos em sua totalidade:

Aprender a conhecer (o desenvolvimento cognitivo, a compreensão) é despertar a curiosidade, a habilidade de interpretar, analisar, e (re)construir) os conhecimentos de forma prazerosa e com autonomia.

O aumento dos saberes, que permitem compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia a capacidade de discernir. (DELORS, Jacques, 2012 p. 74)

Aprender a fazer (a capacidade de atuar com diferentes técnicas) é desenvolver a capacidade para trabalhar coletivamente com humildade, mas também com iniciativa, resolver conflitos, aprender novos saberes e arriscar, aperfeiçoando a tecnologia que conduzirá a transformação da sociedade.

As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais ou mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e sua vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo e de organização, à medida que as máquinas também se tornam mais “inteligentes”, e que o trabalho se “desmaterializa. (DELORS, Jacques, 2012 p. 76).

Aprender a conviver (compreender o outro) é desenvolver o sentimento ético e de empatia, aprender a respeitar o outro em toda a sua diversidade, ensinar sob a perspectiva que só a diversidade nos permite (com)vivermos no mundo global, múltiplo e assim evitar a discriminação que gera a violência e o ódio entre os povos. “É de se louvar a ideia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para se combater os preconceitos geradores de conflitos”. (DELORS, Jacques, 2012, pág 79)

E por último, aprender a ser (valorizar o comportamento, a conduta ética, essa aprendizagem integra todas as outras) é compreender que apenas a educação confere aos seres humanos a liberdade de pensamento, o discernimento, o respeito, a responsabilidade e os sentimentos de justiça e humanidade que nos torna a todos sujeitos dos próprios destinos.

A diversidade de personalidades, a autonomia e o espírito de iniciativa, até mesmo o gozo pela provocação, são suportes da criatividade e da inovação. O que poderia parecer apenas como uma forma de defesa do indivíduo perante a um sistema alienante ou considerado como hostil, é também por vezes a melhor oportunidade de progresso para as sociedades. (DELORS, Jacques, 2012, pág 81)

Ratificamos que vivenciamos um dia a dia distante dos Princípios Norteadores do PPP da escola e dos quatro Pilares da Educação e do que almejamos: uma escola que da mesma forma que desenvolve projetos com música para alunos com deficiência motora e dificuldade de aprendizagem, paralelamente, ainda se convive com casos de desprezo, omissão e invisibilidade do grupo LGBT, ou palavras estigmatizadoras (diversidade e preconceito), manifestações e discursos discriminadores na sala dos professores e em sala de aula pelos alunos, (respeito ao outro) ausência de discussões nas coordenações e em sala de aula, assim como a carência de palestras sobre o tema Diversidade (fortalecimento dos laços de solidariedade) e nem mesmo as ocorrências e casos sobre a vida escolar desses alunos são temas discutidos e (re)avaliados nas reuniões (aprender a conviver).

Esse posicionamento que se vivencia vai de encontro às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, (2013. pág. 17)¹⁰.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivas socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional.¹¹

No dia a dia, nas conversas informais, nos silêncios o que se percebe é um acordo tácito, uma passividade em prol do silenciamento, um desinteresse com os alunos do grupo LGBTs, de muitos professores diante de situações discriminatórias e mesmo de homofobia.

Há alguns indícios para esse comportamento, talvez a falta de conhecimento sobre o assunto, despreparo dos mesmos para lidar com as diversas situações de discriminação e violência física ou simbólica, que surgem cotidianamente na escola, ou até mesmo por uma cultura heteronormativa arraigada aos princípios religiosos e “moralizantes”, entretanto com consequências desastrosas pois ocasiona um afastamento, isolamento ou abandono desses alunos e professores na própria escola.

Ao analisar a obra de Pierre Bourdieu, VASCONSELLOS, D. Maria, em seu artigo sobre Pierre Bourdieu - A Herança Sociológica - assegura que:

O termo violência simbólica de Pierre Bourdieu, aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das

¹⁰ Diretrizes Curriculares. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/index.diretrizes-curriculares-nacionais-13->> acesso em 23/09/2015.

¹¹ MEC. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf > acesso em 04/08/2015

regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras¹².

É preciso atentar para princípios ou pressupostos teóricos que estão proferidos no Currículo em Movimento da Educação Básica de Jovens e Adultos – DF, que esclarece:

A educação tem a finalidade de tocar no mais íntimo da pessoa, reconhecendo-a essencialmente em sua humanidade. Por isso, o saber não está dissociado dessa condição humana, na qual o reconhecimento da subjetividade e da realidade social são partes do processo educativo dos jovens e adultos¹³.

PRESSUPOSTOS DO NOVO CURRÍCULO

Desde que se delineou o Plano Nacional de Educação, (PNE)¹⁴ Lei nº 13.005/14. Art. 8¹⁵, a escola passa por constantes debates, reuniões nas coordenações sobre as mudanças curriculares por conta da implantação da Semestralidade no Ensino Médio Regular (um mapa curricular proposto que divide as disciplinas em dois blocos e possui as seguintes características:

- Mantêm as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos dois blocos com conteúdos curriculares independentes em cada série;
- Inclui a disciplina Formação para o Trabalho com 2 horas semanais;
- Inclui a disciplina Formação para a Cidadania com 1 hora semanal, integrante do Projeto Professor Diretor de Turma¹⁶ e mais recentemente, devido a implantação das novas Diretrizes Curriculares da EJA, que entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 para as aulas que se iniciarão em 2017, prazo para que os vetos tenham sido mantidos ou derrubados, as mesmas, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) e que estão

¹²Bordieu, A herança Sociológica (2002). Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>> acesso em 29/09/2015.

¹³EJA/DF. Disponível em <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/cur_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf> acesso em 23/09/2015.

¹⁴ Plano Nacional de Educação. Disponível em <www.fne.mec.gov.br/9-planonacionaldeeducacao> Acesso em 15/10/2015

¹⁵ Art. 8 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei¹⁵.

¹⁶ Projeto de Reorganização Curricular do Ensino Médio. Disponível em <<http://ead.seduc.ce.gov.br/file.php/1/projeto-emn/orientacoes.html>> acesso em 23/09/2015.

determinadas no, Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/02¹⁷ que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, além do cronograma previsto na Diretrizes, ainda vem determinado que será modificada a forma de organização das séries.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar¹⁸.

Tudo isso, para que os professores compreendam o seu objetivo em sala como agentes e sujeitos das mudanças e que é necessário, primeiramente, mudar-nos, desprender-nos de nossos preconceitos e estigmas para que, com uma nova visão, sejamos capazes de alcançar nossa meta que é a de (trans)formar os alunos em seres melhores, evoluídos e capazes de construir uma sociedade melhor, ética e digna de respeito à visão do mundo moderno.

De acordo com Allan Bicalho em seu artigo sobre Estigma e Identidade Social afirma que o mesmo é um sentimento nocivo

Quando estipulamos um atributo a um estranho, o classificando como diferente dos outros, desconsiderando que este é uma pessoa comum, reduzindo-o a uma ser estragado e inferior, ou até superior a nós, estamos aplicando nele um estigma¹⁹.

Além de todas essas propostas, há ainda, discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Currículo em Movimento na proposta curricular de EJA-DF que está em construção, inclusive com participações em plenárias regionais, (reuniões com educadores e ampliadas nos Grupos de Trabalho do Currículo com sugestões, instruções e estudos feitos em parceria entre as Coordenações Regionais de Ensino (CRE)) promovidas pelas Gerências Regionais de Educação Básica (GREBs) e repassadas nas coordenações dos professores em cada escola sobre uma nova proposta e uma metodologia sensível, humanista e justa para esse novo universo moderno, tecnológico e individualista.

No entanto, há necessidade de boa vontade, disposição e tenacidade de todos para incorporar essas mudanças, visto que esta revisão e redação final do Projeto Político Pedagógico - PPP feita em 2014 contou com a participação apenas de pequenos grupos,

¹⁷ Diretrizes da Educação Básica. Disponível em < www.portalmec.gov.br/diretrizes-educacao-basica > Acesso em 19/10/2015

¹⁸Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907 acesso em 23 set 2015

¹⁹ Estigmatização Social. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/estigmatizacao-social/6480/>> acesso em 30/09/2015.

sem uma consulta pré-estabelecida nem a inclusão de todos. Desse modo, notamos algumas lacunas que precisam, urgentemente, serem preenchidas como por exemplo, reuniões bimestrais para (re) avaliação do processo escolar generalizado e amplo, e que as discussões nas coordenações devam resultar em mudanças sobre todas as questões interpessoais e não apenas curriculares.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.” (CORA CORALINA)

Em 2012, em um trabalho na direção da escola, como supervisora pedagógica, e manter um contato gerencial com os alunos e professores, dentro de um ângulo diferente de sala de aula, foram observados alguns fatos entre alunos, professores, e se certificou o quanto havia de atitudes preconceituosas, (discursos estigmatizadores) discriminadoras (comportamento diferenciados entre alunos) e homofóbicas (grosserias de professores e colegas) testemunhadas por alunos e professores dentro da escola, além das constantes atitudes de intolerância, invisibilidade e violências simbólicas, que alunos e professores pertencentes ao grupo LGBT vivenciam.

A equipe da supervisão também foi testemunha de alguns casos de evasão/abandono por alunos travestis, que chegaram encaminhados pelo Conselho Tutelar²⁰. De acordo com a Lei Nº 12.696/2012: Artigo 132:

Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha (NR).

Nessa época, a coordenadora de uma casa de apoio ligada ao Conselho Tutelar (residências inseridas na comunidade, que funcionam como ponto de apoio e proteção) procurou a supervisão para auxiliá-la com uma travesti que estava sob custódia do governo vinda do nordeste, por sofrer agressões e violência doméstica pelos próprios familiares por causa de sua orientação de gênero e que a mesma precisava ser matriculada na escola.

²⁰ Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.

A mesma se apresentou reticente, insegura, incrédula e pedia para ser chamada no momento da frequência e ser reconhecido pelo nome social, ou seja, o nome que a identificava. Foi acordado que a mesma teria todo o apoio e discricção que solicitava. Em conversa na reunião pedagógica foi mencionado o fato, e não houve manifestação alguma por parte dos professores. Dias depois a aluna já não frequentava a escola. A busca feita pela direção sobre a frequência da mesma não surtiu nenhum resultado, já que a maioria dos professores afirmou que nem tomou conhecimento da presença dessa aluna. Pode-se inferir algumas possibilidades de acordo com o testemunho de algumas pessoas e os próprios argumentos anteriores de professores ouvidos em outras reuniões: Primeiro que esta aluna não respondeu à chamada pelo nome de registro, outra que não se sentiu acolhida, e por último que possa mesmo ter sofrido algum tipo de discriminação ou humilhação e não mais retornou, à época, nem o Conselho Tutelar sabia notícias dessa jovem.

A história dessa travesti foi o marco decisório e inicial deste projeto, pois foi um relato que sensibilizou a todos que faziam parte da supervisão pedagógica, juntamente com a descoberta do quão se está distante dos verdadeiros objetivos e funções da escola.

DESMISTIFICANDO AS EXPRESSÕES DA DIVERSIDADE DE GÊNERO

Lutar com palavras / é a luta mais vã.
Entanto lutamos / mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco. / Algumas, tão fortes
como o javali.

Carlos Drummond de Andrade²¹

A expectativa de ler e interpretar as palavras, confirma uma batalha infinita, uma vez que cada vocábulo abriga significados e os mais diversos sentidos de acordo com o tempo, territorialidade, cultura, a intenção e o contexto em que elas se inserem. Como afirma a mestra da Cruz, A. Leda Ligia, em seu ensaio sobre as palavras:

“O fim do inútil duelo entre homem e palavra jamais acontece. O homem está a serviço da palavra; é agente nesta dinâmica que em instantes o paralisa, transforma-o em sujeito paciente, serviçal, escravo.”²²

²¹ Disponível em < <http://letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/818514/>> acesso em 15/10/2015

E por essa plurissignificação e complexidade de sentidos em relação às palavras, as pessoas se esquecem que é mister uma consciência da pluralidade e da efemeridade das mesmas, pois elas vão e vêm de acordo com o momento, adaptam-se, transformam-se. Deve-se assim compreendê-las e dominá-las, visto que são a representação do pensamento ideológico, e do ponto de vista da autora Da Cruz, A. Leda Ligia, Ibdem, vemos que, “O discurso humano tenta apoiar-se na seleção de ideias como meio para assegurar princípios sociais que o silêncio não deixa perceptível. Entretanto, argumentos verbais nem sempre garantem a sustentabilidade que tanto o ser humano busca”.

Ao longo dos tempos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais. Portanto é preciso esclarecer alguns conceitos baseados no livro: *Gênero e Diversidade na Escola*²³, que permearão todo o texto e que auxiliarão na leitura e compreensão do projeto.

Primeiramente, apresentar as palavras “Identidade de Gênero” termo que as culturas sempre associaram simploriamente como “homem” e mulher, ou macho e fêmea, no entanto, é um conceito que se refere a percepção subjetiva de ser masculino e feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecido para homens e mulheres, e que estes são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

A sigla LGBT, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, possui muitas variantes, com ordens diferentes das letras e com o acréscimo de outras. Por exemplo: pode-se acrescentar um T (para distinguir travestis e transexuais), ou um “s” minúsculo para destacar os transgêneros em geral, travestis e transexuais. Eventualmente novos termos poderão ser acrescentados em virtude da rapidez com que essas questões são discutidas.

Lésbicas são pessoas do gênero feminino que têm desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino.

A palavra GAY significa uma pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamentos afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.

Os BISSEXUAIS são pessoas que têm desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos.

²² Disponível

http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/letras/coloquios/ii/leitura_da_luta_com_a_palavra.pdf acesso em 15 out 2015

²³ *Gênero e Diversidade na Escola – Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual, e relações Étnico-racial*. 2009. Págs. 43, 47, 79, 128, 232

A letra “T” corresponde a TRAVESTIS ou TRANSEXUAIS pessoa que nasce com o sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico. A diferença está na autoidentificação, ou na diferença de valores socioeconômica. Quando a pessoa possui condições de realizar a cirurgia de mudança de sexo é transexual, a outra, que é pobre e ainda não conseguiu modificar o corpo é travesti. Esse termo é carregado de muito estigma.

HOMOSSEXUAIS – é a atração sexual por pessoas do mesmo gênero, e relacionamento afetivo-sexual com elas.

HETERONORMATIVIDADE – É o termo que se refere aos ditames sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gêneros que são admitidos como normas ou aceitáveis.

HOMOAFETIVIDADE – é o termo criado pela advogada Maria Berenice Dias para realçar que o afeto é um aspecto central também nos relacionamentos que fogem à norma heterossexual.²⁴

ESTEREÓTIPOS – consiste na generalização e na atribuição de valor negativo a algumas características de um grupo reduzindo-os e impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz.

SEXISMO - é o conjunto de crenças que sustenta a separação e a superioridade de um grupo sexual frente a outros, reforçando um esquema de hierarquia entre eles.

NATURALIZAÇÃO – se refere ao processo em que algo que é produzido culturalmente, através das práticas sociais e relações de poder, passa a ser visto como natural e como causa daquilo que na verdade é consequência.²⁵

Precisamos também diferenciar o preconceito e a discriminação, apesar dessa distinção ser basicamente teórica, visto que, a separação entre o pensar e o agir é tênue, pois qualquer ato discriminatório vem quase sempre precedido de um preconceito, ou seja, age-se de determinada maneira por se acreditar em padrões qualitativos, na inferioridade ou superioridade do ser.

O “preconceito é uma opinião, ideia preconcebida, manifestada geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, culturas, lugares ou tradições considerados diferentes ou estranhos”²⁶. É um julgamento que se faz acerca de atributos

²⁴ Dias, Homoafetividade. Disponível em <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/homoafetividade.dept>> acesso em 15/10/2015.

²⁵ Caderno do Curso Vidas Plurais – Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (Nedig/cean/Unb) DF - 2010

²⁶ Disponível <https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia> acesso em 10/08/2015.

ou qualidades de indivíduos a partir de características específicas baseadas no senso comum ou naquilo que a heteronormatividade estabelece como padrão.

E de acordo com Prado e Machado

O preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquia entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio de uns contras outros (2012, pág. 67).

A discriminação diz respeito aos atos, ações, manifestações, comportamentos negativos que se estabelecem entre as pessoas, ou seja, tratar diferente, anular, tornar invisível, excluir, estigmatizar ou marginalizar o outro.

A discriminação (do latim *discriminatione*) é o ato de diferenciar, separar, distinguir. Pode ocorrer em diversos contextos (como num circuito elétrico, por exemplo), porém o contexto mais comum é o social, através da discriminação social, política, religiosa, sexual ou etária, que podem, por sua vez, levar à exclusão social²⁷.

O sentimento do preconceito induz às ações discriminativas que culmina na violência física, psicológica ou simbólica, por isso mais terrível.

É uma ação de um componente tão forte que Bourdieu (1989) em seu artigo citado por VASCONSELLOS, D. Maria - A Herança Sociológica - reafirma a "violência simbólica" como sendo "a violência que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro²⁸.

E por isso, essa violência psicológica, física e simbólica que as pessoas manifestam em relação ao grupo LGBT é o resultado do discurso, da fala, da discriminação e do sentimento de preconceito, ou seja, a homofobia que ocasiona agressões e mortes inexplicáveis.

Homofobia vem do grego que significa (*homo*, pseudoprefixo de homossexual) e *fobia* do ("medo", "aversão irreprimível)²⁹ e se refere à rejeição radical e irracional ao grupo LGBT que varia desde palavras grosseiras, perversas e pejorativas até atitudes e sentimentos de ódio causando o isolamento, sofrimento e à morte de muitos indivíduos.

²⁷ Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia> > acesso em 10/08/2015.

²⁸ Bourdieu, A Herança Sociológica. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf> > acesso em 29/09/2015.

²⁹ disponível <https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia> acesso em 10 ago 2015

Em um discurso à Comissão de Legislação Participativa realizado em conjunto com a Frente Parlamentar LGBT da Câmara dos Deputados. Diniz (2011) reitera que a homofobia:

Se expressa pela violência, pela injúria, pela opressão e, se nós quisermos um conceito único, pela discriminação. Falamos em vítimas da homofobia. Eu queria demarcar esse fundo de violência que há por trás do que chamamos de homofobia. A homofobia sempre deixa marcas. Sejam feridas no corpo, no cadáver, ou barreiras de reconhecimento. É uma prática discriminatória que falsamente pressupõe a superioridade da heterossexualidade a outros regimes e práticas sociais.³⁰.

REFERÊNCIAS LEGAIS

Se lutamos por um país justo, igualitário, em que o código de ética seja a humanidade, faz-se necessário que todos cumpram o princípio da igualdade e isonomia que dispõe o Art. 5º da Constituição, conforme citado anteriormente³¹ e todas as leis, decretos e os projetos de políticas públicas.

Como vemos no decreto nº 34.350 de 08 de mai de 2013 que regulamenta a Lei nº 2.615 de 26 de outubro de 2000 que pune ações de discriminação de caráter sexual em estabelecimentos comerciais do Distrito Federal que pode chegar a R\$ 50 mil³².

De acordo com OLIVEIRA, F. no seu artigo: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática, conceitua,

As políticas públicas distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer. Elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, a de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse³³.

A educação deve se estender além do ambiente escolar e cumprimento de currículos programáticos, e ser ao mesmo tempo um espaço de construção dos sujeitos como seres humanos solidários, justos e éticos e as políticas públicas de educação sobre as condições de gênero surgem como delimitadoras desse fazer:

³⁰ Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissao> > acesso em 30/09/2015.

³¹ Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> acesso em 23/09/2015

³² Diário Oficial DF. Disponível em < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2013/05_Maio/DODFpdf >acesso em 16/10/2015

³³ Portal do Sinpro. Disponível em < <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012políticas-educacionais.pdf> > acesso em 30/09/2012.

Em 2004, o governo federal lançou um programa de combate à violência e discriminação contra LGBTs, chamado Programa Brasil Sem Homofobia³⁴, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). O Programa é constituído de diferentes ações a nível federal, estadual e distrital e possui como princípios:

- A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos ao grupo LGBTs; por seus diferentes Ministérios e Secretarias;

- Capacitação em Direitos Humanos para profissionais e representantes do movimento LGBTs que atuam na defesa dos direitos humanos, implantação e avaliação dessas políticas;

- Disseminação de informações sobre direitos de promoção da auto-estima LGBTs; e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos;

- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos dos homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

Em 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, votaram no sentido de dar interpretação conforme a Constituição para o artigo 1.723 do Código Civil quanto às recomendações aos direitos LGBTs. A norma define a união estável como aquela "entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família"³⁵.

O ministro Ayres Britto, relator do processo, argumentou que o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal (CF) veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua preferência sexual. "O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica", observou o ministro, para concluir que qualquer depreciação da união estável homoafetiva colide, portanto, com o inciso IV do artigo 3º da CF³⁶.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a resolução em que é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Art. 2º - A

³⁴ Portal do Ministério da Educação. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf > Acesso em 15/10/2015.

³⁵ Portal Consultor Jurídico. Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva> > acesso em 23/09/2015

³⁶ Portal STF. Disponível em < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe> > acesso em 23/09/2015

recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis³⁷.

E desde 2010, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) em exercício, no uso de suas atribuições constantes resolve determinar a inclusão do nome social que foi regulamentada em 2013 pelo Governador em exercício.

Art. 1º – Determinar a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos respectivos registros escolares de todas as instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal, em respeito aos Direitos Humanos, à pluralidade e à dignidade humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de escolarização³⁸.

Em relação ao uso do nome social, em reuniões pedagógica, se escuta oficial e abertamente a declaração de professores ao afirmarem que não chamam, por exemplo, “Manoel, de Priscila”.

Segundo a filósofa Hanna Arendt, citada por Ramos (2012) “os seres humanos buscam concretizar a máxima expressão de indivíduos únicos e que os permite em tese vivenciar a liberdade. É essa individualidade particular que permite a sua realização pessoal. Portanto, indivíduos não só existem como precisam se expressar em suas autenticidades para dar um sentido à vida³⁹. ARENDT, Hanna. Apud Ramos, Paola. Prof.^a Tutora.

A maioria das pessoas que fazem parte do grupo LGBTs são excluídos de diversos espaços de sociabilidade, e por conseguinte do sentimento de pertença ao mundo.

O processo de incompletude e o sentimento de ambiguidade inicia-se na infância e em sua própria família, viver num universo que está dividido em dois acarreta uma falta de encontro individual, um encaixe em um determinado grupo, se meninos ou meninas. O corpo e a imagem que se vê no espelho não faz referência ao que se sente, falta algo que preencha este vazio inexplicável e angustiante. E na maioria das vezes, chega-se à fase adulta com uma falsa felicidade por tentar esconder, ou até mesmo, em aceitar os sentimentos de pertencer, de identificação pela metade. Isso leva essas pessoas ao

³⁷ Portal Consultor Jurídico. Disponível em < <http://s.conjur.com.br/dl/resolucao-cnj-casamento-uniao-estavel.pdf> > acesso em 23/09/2015.

³⁸ Portal Sinpro. Disponível em < <http://www.sinprodf.org.br/travestis-e-transexuais-podem-usar-nome-social-nas-escolas-publicas.> > acesso em 23/09/2015.

³⁹ Programa de Educação Tutorial em Ciência Política. Disponível em < <http://petpol.org/2012/08/03/condicao-humana>> Acesso em 28/08/2015.

desespero, revolta, angústia e um enorme sofrimento que as tornam solitárias, incompreendidas e/ou às vezes individualistas e egocêntricas. Diniz, ao reportar a esse sentimento afirma,

O homossexual sofre solitário o ostracismo ligado a sua homossexualidade, sem nenhum apoio de seus próximos e frequentemente em um ambiente familiar hostil. ele é, portanto, mais vulnerável a uma atitude de aversão a si mesmo e a uma violência interiorizada que pode levá-lo ao suicídio. (Lionço & Diniz, pág.33)

Para que uma pessoa se sinta pertencente à família, à comunidade escolar e à sociedade em geral, ela precisa primeiramente sentir-se notada, respeitada e que o relacionamento interpessoal seja baseado na qualidade, confiança, no respeito e na aceitação de sua existência própria, diferente e individual.

Carneiro (2006) ao se referir sobre a família e ao sentimento de ser e pertencer, afirma:

A negociação identitária entre pais e filhos interfere positivamente, quando levada ao ponto de integração familiar, quer com a capacidade de os filhos revelarem a outras pessoas (que não familiares) a sua “diferença”, quer com a capacidade de estes filhos estabelecerem relações segurizantes em geral e relações íntimas e/ou amorosas gratificantes. (Carneiro (2006, p.152).

Sabemos que o sentimento de preconceito, a discriminação e a homofobia começam na família, com um histórico de rejeição, negação, desqualificação e violência tanto física quanto psicológica pelos próprios familiares. Por isso, o grupo LGBT já carrega consigo, além do estigma imposto pela sociedade heterossexual, muitas mágoas, angústias, ressentimento, dor e medo, e ao chegar à escola com a expectativa de aceitação, de estímulo, um novo aprendizado, acontece o contrário, na maioria das vezes, não são acolhidos pelos gestores, professores e colegas e isso gera desestímulo, isolamento, e fracasso o que resulta na evasão, um dos maiores problemas recorrentes na escola.

A ESTRUTURA SOCIAL DA ESCOLA

Ao analisar essas informações do PPP da escola pode-se perceber, mais uma vez, que no referido projeto não consta nenhuma ação direcionada ou de acolhimento específico aos alunos homossexuais nem tampouco são mencionados em alguma atividade como em relação aos negros, com a Semana da Consciência Negra, projeto da escola..



Bem mais que ensinar os conteúdos formais como lições gramaticais, operações básicas, a escola é o espaço para trans(formar) positivamente conceitos, atitudes, valores, que carregam consigo, apreenderem o sentimento de empatia e respeito ao outro. “Crianças podem aprender atitudes homofóbicas de seus pais, mas as escolas devem fazer todo o possível para combater os estereótipos negativos e promover a aceitação.” A análise é de Charles Radcliffe, chefe da seção de assuntos globais do escritório para direitos humanos da ONU em Nova York em entrevista para Leonardo Sakamoto - Jornalista brasileiro⁴⁰.

Ao sair da zona de conforto e garantias identificatórias, a escola é o primeiro espaço em que as crianças conviverão com outras crianças, longe do olhar vigilante dos pais, apreenderão outros valores e principalmente que existe um mundo diverso, diferente de tudo que lhe era conhecido, e nesse momento elas extrapolam seus impulsos, consolidam sua personalidade e expressam valores que aprenderam com a família. É a partir desse confronto com a pluralidade, a noção de existência do outro e heterogeneidade que surgem o preconceito a discriminação, o bullying e a homofobia. Ainda de acordo com a visão de Charles Radcliffe:

“As crianças trazem consigo valores, conceitos unilaterais de pessoas que são muito importantes, únicas referências até então em suas vidas. Fontes que até então representavam a única visão de mundo” (Charles Radcliffe)

É daí a origem da dificuldade de (re)formular conceitos, valores, ideologia, ou mesmo sensibilizar essas pessoas que trazem de fontes basilares ideias, (pré)conceitos e um discurso ortodoxo e discriminador. Como relata Louro, 2010, pág 57

⁴⁰ . Diretor da ONG – Repórter Brasil Acesso em <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/08/06/escolas-devem-combater-homofobia-que-vem-de-casa-diz-especialista-da-onu/>> Acesso em 30/08/2015.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros. E dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

A escola não pode se reduzir a um mero instrumento de conhecimento formal. Cabe à mesma, um papel político-social quando fomentadora na construção de valores éticos e projeção da cidadania, comprometida com a justiça e a garantia dos direitos humanos. É necessário que ela mesma tome para si a função de compreender e coibir qualquer ato ou manifestação de violência seja ela física ou psicológica com o grupo LGBT para não ferir as leis nem o princípio básico da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já citado anteriormente, de que “todos são iguais perante a lei”.

A homofobia está em todas as relações presentes na escola, visto que ela se manifesta de forma equânime entre alunos, professores versus professores e alunos, e provoca nos estudantes LGBTs a desqualificação e a desigualdade do outro como inferior e anormal, retirando-os do universo escolar e aumentando o índice de analfabetismo, marginalidade e subdesenvolvimento.

Estudantes homossexuais dizem sofrer com a discriminação. Em um estudo realizado, pela Anistia Internacional em 501 escolas brasileiras detectou-se que 80% dos alunos gostariam de manter algum tipo de distanciamento de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros e 17,4% diz conhecer alunos vítimas de *bullying* devido à homossexualidade⁴¹.

O que mais se escuta nas escolas são depoimentos afirmando que o “problema” não é o homossexual é sim a forma como eles se comportam, a postura, a conduta, que usam sua condição de homossexual para escandalizar o outro, que “não sabem se comportar, “ficam se pegando”, usam batom, roupas de mulher, “soltam a franga”, afirmam que esses comportamentos são inadmissíveis, “eles poderiam ficar no lugar deles”. O que se infere é a cultura heteronormativa e legitimação do homem macho. heterossexual e certamente as relações homoafetivas são de natureza imprópria, e de invisibilidade pois o contrário incomoda a essa sociedade arcaica, conservadora, e sexista ou às pessoas que sustentam e reforçam a separação e a superioridade de um grupo (homens) em relação ao outro (mulheres).

⁴¹ Portal da Anistia. Disponível em < <https://anistia.org.br/noticias> > Acesso em 04/08/2015.

A HOMOFOBIA NO BRASIL

Em 2012, no Distrito Federal, foram registradas 239 denúncias sobre 411 violações relacionadas à população LGBT pelo poder público, sendo que em julho houve o maior registro, de 62 denúncias. Houve um aumento de 431% em relação a 2011, quando foram notificadas apenas 45 denúncias.

O gráfico abaixo apresenta o número de violações no estado por tipo de violação, e como falta muito trabalho para conseguirmos uma visão de respeito ao outro.⁴²



Gráfico 9 – Violações relacionadas à população LGBT no DF

Mesmo com tantos avanços a Homofobia no Brasil é um problema presente e constante, e estatísticas compiladas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) declaram que o Brasil é o país com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo, seguido pelo México e pelos Estados Unidos⁴³.

De acordo com o GGB, um homossexual é morto a cada 28 horas no país por conta da homofobia (assassinatos e suicídios) e cerca de 70% dos casos dos assassinatos de pessoas LGBT ficam impunes. Em outro estudo, da Universidade de São Paulo em 2014, sete em cada dez homossexuais brasileiros já sofreram algum tipo de agressão, seja física ou verbal. O país teve 650 assassinatos homofóbicos em 2012 e 2013 e desde 2008 concentra quase metade do total de homicídios de transexuais do mundo, de acordo com o relatório da organização europeia Transgender Europe⁴⁴.

⁴² Relatório Violência Doméstica. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>> acesso em 20/10/2015.

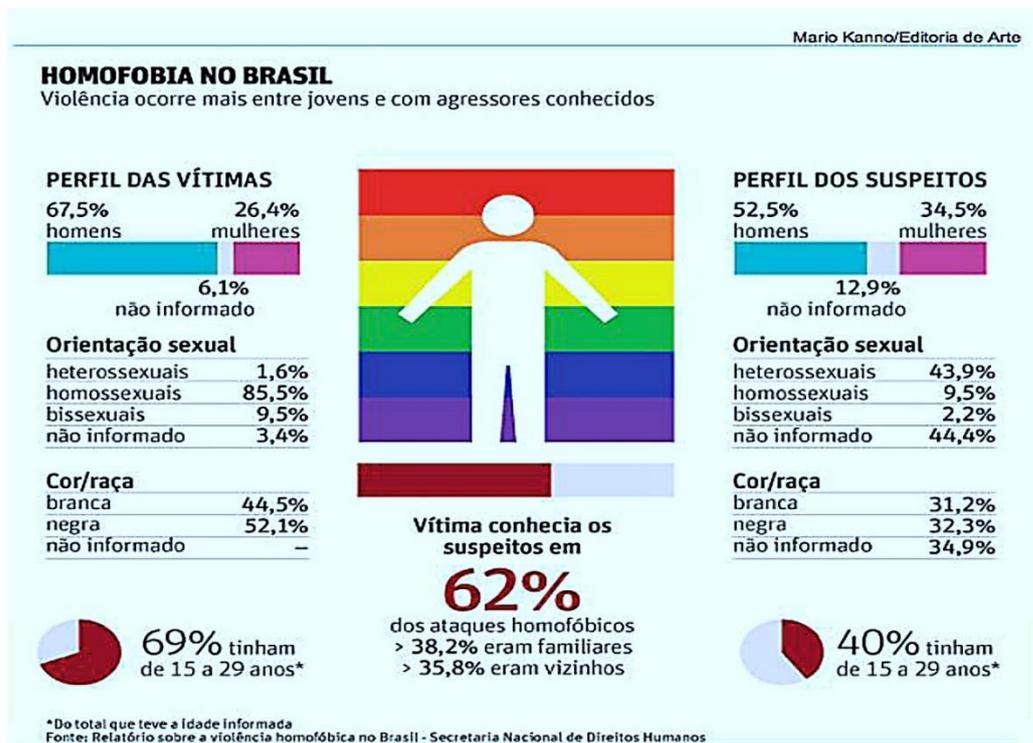
⁴³ Disponível < <http://grupogaydabahia.com.br/>> acesso em 24/09/2015

⁴⁴ Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia_no_Brasil> Acesso em 05/08/2015.

Isso levando-se em conta que nem todos os crimes motivados por homofobia podem ser identificados, pois em alguns casos a orientação sexual da vítima é mantida em sigilo.

Assassinatos motivados por discriminação contra esse segmento da sociedade são especialmente graves por conterem a variável da discriminação internalizada. Assim, em tese, podem ser considerados crimes de caráter hediondo, tais como quaisquer outros crimes provenientes de conduta discriminatória. É preciso também ter em mente que nem todas as manifestações homofóbicas resultam em violência letal, podendo ocorrer agressão física, verbal ou atitudes silenciosas de discriminação motivados pela orientação sexual⁴⁵.

De acordo com o 2º Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil – Ano de 2012 - temos dados preocupantes pois a violência é um problema estrutural neste país e necessita de uma nova conduta do governo com políticas públicas e principalmente das escolas e uma nova postura pedagógica.



Na análise de Welliton Caixeta Maciel, assessor internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, e associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública comenta:

Os dados ilustrados demonstram o quanto à masculinidade sente-se ameaçada por outras vivências de sexualidade, sob o argumento de que tudo o que fuja ao padrão da heteronormatividade necessite de “correção”, “cura”, “pena” ou “sanção”. Com relação ao espaço da rua, ressalta-se a questão da qualificação dos agentes policiais para o conhecimento da

⁴⁵ Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia_no_Brasil. > Acesso em 05/08/2015.

violência homofóbica e para o acolhimento das vítimas da violência. Com relação ao espaço da casa, destaca-se a importância do empoderamento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais para que denunciem a violência ocorrida no âmbito doméstico.⁴⁶

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou, um documento⁴⁷ intitulado “Nascido Livre e Igual”, no qual traz obrigações legais que os Estados devem aplicar para a proteção do grupo LGBT. Baseado em dois princípios fundamentais que sustentam a lei internacional dos direitos humanos (igualdade e não discriminação), o documento foca **cinco obrigações** nas quais a ação nacional é mais necessária (proteção contra a violência homofóbica, prevenção da tortura, a descriminalização da homossexualidade, a proibição da discriminação e o respeito com a liberdade de expressão e com a reunião de todas as pessoas LGBT) e busca explicar para gestores públicos, ativistas e defensores dos direitos humanos as responsabilidades do Estado com essa minoria e os passos necessários para alcançá-las.

De acordo com Luiz Motta, estudos desenvolvidos pelo Grupo Gay da Bahia mostram que os homossexuais são o grupo minoritário mais odiado dentre todas as minorias e o Brasil campeão mundial de assassinatos de homossexuais e não seria diferente nas escolas públicas. Pela convivência na Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) é raríssimo encontrar alunos travestis ou transexuais.

Essa violência de gênero se pauta em uma longa história humana, sociológica, heteronormativa ocidental de repressão, termo que limita as condutas e as identificações de gênero como normais ajustados ao par binário masculino/feminino, porque o amor reconhecido entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, e como punição a morte com pedradas, açoites, ou queimados vivos por ser um pecado abominável, por isso o grupo LGBT ficou escondido num verdadeiro complô de silêncio e invisibilidade⁴⁸. (Motta, Luiz)

Um dos mais acirrados argumentos utilizados pelos homofóbicos é a questão biológica, já que para a ciência a espécie humana se define em dois grupos: o do sexo masculino e do sexo feminino, parceiros obrigatórios das genitálias masculinas e femininas e, portanto, a criação de corpos pensados como homens e mulheres. Este é o “padrão” heteronormativo, portanto o que não estiver dentro deste modelo não existe, é uma “anormalidade”.

⁴⁶ Portal Carta Capital. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-panorama-da-violencia-homofobica-no-brasil>> acesso em 20/10/2015

⁴⁷ Nascidos Livres e Iguais. Disponível em < www.ohchr.org.br/documents/nascidos/livres/e/iguais.pdf > acesso em 20/10/2015

⁴⁸ Portal Grupo Gay da Bahia. Disponível em < <http://grupogaydabahia.com.br/>> acesso em 23/09/2015

No Guia Docente do curso Vidas Plurais (Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero, UnB, 2010 p.25) afirma “A heterossexualidade, é mais natural, correta ou normal do que outras manifestações afetivo-sexuais e que, portanto, todas as manifestações e expressões são desvios, doenças, pecados ou simplesmente erradas.”

Outro argumento utilizado pelos homofóbicos é uma insensatez, já que eles afirmam que a culpa das manifestações discriminatórias é do próprio grupo LGBT com suas ações, e comportamentos, ou seja, referências explícitas: as manifestações de carinho, os trejeitos, a vestimenta, e o modo de se expressar são os causadores da discriminação.

O reconhecimento pelo grupo LGBT com a verdadeira identidade de gênero é inconsonante com a heteronormatividade, e essa desaprovação moral, a negação da existência dessas pessoas, a ausência de legitimidade da sociedade faz com que os GLBTs sejam relegados a uma espécie de vida clandestina, e a eles cabe apenas um lugar específico “o armário”, ou seja, a invisibilidade, essa negatividade de pessoas que possuem direitos, que podem estudar, trabalhar, amar, viver com dignidade como qualquer outro indivíduo.

Essa heteronormatividade, é reiterada e reforçada a cada dia pelos grupos conservadores e radicais que não permitem espaço para a diversidade de gênero, com discursos demagógicos, sexistas e preconceituosos e temos exemplos bem atuais como: a retirada do KIT desqualificando o trabalho e a construção do material por pessoas capacitadas. O kit "Escola sem homofobia", também chamado de "kit gay", são vídeos com histórias fictícias que abordam situações cotidianas.

O kit “Escola sem homofobia” é composto de três tipos de materiais: o caderno do educador, seis boletins para os estudantes e cinco vídeos três deles em ambiente escolar – relacionadas à diversidade sexual. Quando retratados, os casais homossexuais são de idade parecida com a dos estudantes de ensino médio e aparecem no máximo de mãos dadas⁴⁹.

Depois da pressão da bancada cristã do Congresso e de ameaças de apoio político dos parlamentares desses grupos, o governo federal decidiu suspender a produção e a distribuição do kit anti-homofobia.

Além do incidente com os Kits, vimos recentemente as escandalosas manobras que os deputados têm arranjado na câmara para dificultar a aprovação do Projeto de Lei da

⁴⁹ Portal Educação UOL. Disponível em < <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/19/conhecendo-os-videos-kit-escola-.htm> > acesso em 01/10/2015

Câmara⁵⁰ (PL) 122 de 2006 – projeto de lei que tem por objetivo criminalizar a homofobia no país. Podemos legitimar que alguns grupos da sociedade tendem a descaracterizar e invisibilizar as pessoas LGBTs e os problemas decorrentes da discriminação, desqualificando, manifestações de preconceitos e os danos presentes e futuros causados por esses atos.

PAPEL DA EJA E O ACOLHIMENTO À DIVERSIDADE

A escola deve ser um espaço político, democrático, importante para o exercício da igualdade, fraternidade e justiça, mas também do encontro entre pessoas diferentes, portanto um lugar em que o respeito, a cada indivíduo, torna-se imperativo e isso amplia as possibilidades de intervenção e (re)construção de todos, professor e aluno, num processo de evolução em busca de um mundo melhor.

O aluno de EJA é um campo prolífero, já que o mesmo, na sua maioria, é um cidadão maior, trabalhador e crítico, ou seja, um cidadão partícipe, apto a ser (re)orientado para a valorização, o reconhecimento dos direitos humanos e conseqüentemente poder superar as desigualdades sociais e culturais existentes. Há, então que (re)considerar todas as formas de diversidades e contradições da sociedade para (re)construir um mundo menos preconceituoso, classista e discriminador, ou seja, valorizar essas diferenças e refletir a história, a cultura, lutas sociais e sua necessidade de pertencimento.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade para a inclusão de todos os tipos de diversidades incluindo o grupo LGBTs, e seu objetivo é a inserção desse ser único, singular, na maioria das vezes discriminado, na sociedade como um ser dotado de sentimentos, saberes e conhecimento de mundo e que precisa ser respeitado, visibilizado e identificado como cidadão.

No seu artigo sobre Ética e Violência Marilena Chauí (1995), ao tratar das relações entre filosofia moral e violência, argumenta que, para a moralidade dos brasileiros, é considerada violência tudo aquilo que viole a sua dignidade, e a violação desta é tudo aquilo que retire do indivíduo a ideia de que ele é um sujeito digno para se acomodar no espaço e no tempo⁵¹.

⁵⁰ Portal do Senado. Disponível em < [www.25.senado.leg.br/PL122/2006](http://www25.senado.leg.br/PL122/2006)> acesso em 20/10/2015

⁵¹ Ética e Violência. Disponível em < <http://www.webartigos.com/artigos/etica-e-violencia>> acesso em 20/09/2015

Esse direito à vida, à integridade, ao bem-estar passa por uma questão de educação, cidadania, apenas uma sociedade que respeita a diversidade, que reconhece qualquer indivíduo como igual, digno dos mesmos direitos, pode ser considerada evoluída, democrática e justa e por fim a escola é responsável por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e práticas discriminatórias.

4 Justificativa e caracterização do problema

Hoje em dia, vemos uma transformação vertiginosa do mundo com o surgimento da revolução tecnológica, a globalização, a intercomunicação e a excessiva visibilidade nas redes sociais, e portanto se espera das pessoas uma (re)adaptação à “novas regras”, a si próprio, à sociedade, e por conseguinte, a reavaliação dos (pré)conceitos.

Molar, em seu artigo sobre Alteridade: Uma Noção em Construção informa que:

A mobilidade do mundo globalizado transforma os produtos e as pessoas em entes descartáveis, transformando seres humanos em computadores, vídeo games, etc. Nessa sociedade de oportunidades fugazes e de frágeis seguranças não há mais espaço para a construção de identidades nos moldes tradicionais – de caráter rígido e inegociável. As identidades são fluidas, pois a globalização age de maneira paradoxal, ao mesmo tempo, uniformizando e diferenciando grupos culturais e indivíduos no panorama social. MOLAR, Jonathan de Oliveira⁵².

Na escola, também acompanhamos, ao longo dos tempos, as mudanças pelas quais a educação brasileira passou desde o período colonial, como afirma Sodré (1997),

Sob a ideologia escravagista, não havia nenhum interesse no desenvolvimento social nem preocupação com a cultura e educação formal. No início do século XVIII, a educação estava direcionada e centralizada pela igreja, para uma classe privilegiada e elitista. Somente com o Regime Republicano e a Revolução Industrial se pensou uma educação escolarizada e que formasse mão de obra técnica. Antes de 1964, houve um certo avanço por causa dos movimentos populares e com o golpe político de 1964, essa visão foi modificada para atender aos interesses do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos e a educação tornou-se conservadora, burguesa e com mecanismos repressivos (SODRÉ, 1997, p. 272-273).

Apenas com a abertura político-social, a sociedade, em consonância com o mundo, reivindica mais direitos civis e respeito: à diversidade, às lutas feministas e igualdade de gênero, os movimentos de *gays*, *lésbicas*, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBTs), aos grupos étnico-raciais, o genocídio de indígenas, o trabalho escravo e, na América Latina, as lutas contra os regimes ditatoriais, o genocídio dos indígenas, o trabalho escravo e a exploração sexual de menores produziram marcas decisivas nas ações, no discurso das pessoas, nas referências legais e *sobretudo* no comportamento das mesmas na sociedade com repercussão nas escolas. “As sociedades estão, sempre, em fluxo

⁵² Portal Educere. Disponível em <
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493_215.pdf > acesso em 05/09/2015

contínuo, produzindo a cada geração novas ideias, novos estilos, novas identidades, novos valores e novas práticas sexuais⁵³.”

Agora, no século XXI, essas mudanças se acentuaram a partir da facilidade e disponibilidade tecnológica, e do acesso gratuito à internet e uma infinidade de informações, em tempo real, nas redes sociais. Essa inter-comunicação com o mundo e o conhecimento, tornou a sociedade, as pessoas e os grupos minoritários, cada vez mais, reivindicativos. E nessa procura permanente por respeito e igualdade de direitos, continuam a lutar, batalhar, ganhar, perder, sofrer, mas sempre na busca pelas conquistas de direitos sociais e evolução da sociedade.

A repercussão da mídia com os casos de discriminação e atitudes homofóbicas, combinadas com a falta de proteção da lei e o reconhecimento das violações dos direitos humanos, instiga a necessidade do reconhecimento do grupo LGBT em gozar de todos as prerrogativas a eles concebidas, apoiados nos princípios fundamentais que asseguram o regime internacional de direitos humanos: igualdade e não discriminação, estabelecido na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Parte I dos Deveres dos Estados e Direitos Protegidos, em seu artigo 1, decreta que:

Art. 1. Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social⁵⁴.

Portanto, cabe à escola discutir, conhecer, e acolher os alunos e alunas lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais que por inúmeras razões, familiares, culturais, religiosas e sociais, não assumiram a sua orientação sexual e necessitam de proteção, conhecimento e fortalecimento à nova realidade.

Ao discutir tais questões com os educadores, busca-se contribuir, mesmo que modestamente, com a escola em sua missão formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e infinitas variações⁵⁵.

No Brasil, fazer parte de categorias denominadas minoritárias e principalmente pertencer ao grupo (LGBTs) é angustiante, pois é secular, histórico e ideologicamente

⁵³ Gênero e Diversidade na Escola - Formação de professoras/es em gênero (2009,p.15).

⁵⁴ Portal do Planalto. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm> acesso em 02/10/2015.

⁵⁵ Gênero e Diversidade na Escola, Formação de Professoras/es em Gênero (2009, p.15).

heteronormativo e etnocêntrico de que qualquer comportamento que fuja do que é considerado “normal”⁵⁶.

DISPOSITIVOS LEGAIS AO GRUPO LGBTs

No livro do Curso - Gênero e Diversidade na Escola (pág. 25) ratifica, “O processo de naturalização ou biologização das diferenças, étnicos-raciais, de gênero ou orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais”, e esses, conseqüentemente, tratados com desprezo, nojo, imoralidade e principalmente um pecado religioso, é um axioma defendido pelos grupos judaicos-cristãos; e falar desse tema na escola além de discriminatório é motivo de ironias, desdém ou indiferença pelas pessoas.

Parece que hoje a homossexualidade é maior, mais frequente e mais refutada, no entanto, como cita da Silva, (2010) no artigo Direitos Humanos: Entre o Princípio da Igualdade e a Tolerância.

Se percorrermos a superfície dos comportamentos sexuais ao longo da história da humanidade veremos que as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo sempre estiveram presentes na estrutura das sociedades⁵⁷.

Ressaltamos que hoje se vive um paradoxo no Brasil, enquanto defensores dos direitos LGBTs reivindicam direitos, e o dever da escola é discutir preconceito, gênero, sexualidade, e por conseguinte, a disseminação de um discurso predominantemente de tolerância e respeito à diversidade, paralelamente, grupos fundamentalistas liderados por religiosos expressam a intransigência, repressão, e buscam aprovação pelo Senado Federal a aprovação de projetos radicais contra a legalização de famílias homossexuais⁵⁸.

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes⁵⁹.

⁵⁶ O termo etnocentrismo é formado pela justaposição da palavra de origem grega "ethnos" que significa "nação, tribo ou pessoas que vivem juntas" e centrismo que indica o centro. Na Antropologia é definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultural o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades. Disponível em < <http://www.significados.com.br/etnocentrismo>> acesso em 01/09/2015

⁵⁷ Portal Academia. Disponível em < www.academia.edu/2568734/Direitos> acesso em 01/10/2015.

⁵⁸ Art. 2º do Projeto de Lei (PL) 6583 de 2013

⁵⁹ Portal da Câmara. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoes> > Acesso em 03/09/15.

Assim, viver em uma sociedade machista, preconceituosa, elitista, heteronormativa, capitalista, patriarcal, e individualista torna-se um infortúnio, para qualquer pessoa, mas principalmente com as pessoas LGBTs, para se conviver, amar, reivindicar direitos iguais e liberdade de expressão. Por isso Gomes cita que, “Tornou-se hegemônico em nossos dias, compreender nosso semelhante como alguém de menor valor que ele, se o mesmo não participa do mesmo grupo social do qual participo”⁶⁰. GOMES, 2010.

Também, podemos perceber dentre os temas de PIL anteriores do curso: Diversidade em EJA, que poucos tratam especificamente da Diversidade Sexual, alguns enfocam as diversidades sobre preconceito e discriminação, mais especificamente “o tripé racismo⁶¹, bullying⁶² e homofobia, todavia, o predomínio de atitudes conservadoras e convenções sociais discriminatórias com os homossexuais é uma realidade tão persistente quanto naturalizada.

No livro do curso Gênero e Diversidade na Escola (2019), pág, 34, lemos que “Os preconceitos são tão antigos quanto às diversidades e apenas com o conhecimento haverá a possibilidade de deslocar nossas visões, de desconstruir as imagens estereotipadas acerca de alguns grupos.”

No entanto, desde a Declaração dos Direitos Humanos no seu Artigo 7º, de 10 dez 1948 que dispõe:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.⁶³

Depois com a Constituição de 1988, no Art. 5º institui que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”⁶⁴.

⁶⁰ Portal Academia. Disponível em < www.academia.edu/2568734/Direitos > Acesso em 03/09/15

⁶¹ **Racismo** é uma doutrina que afirma não só a existência das raças, mas a superioridade natural, e, portanto, hereditária de umas sobre as outras. Gênero e Diversidade na Escola, (2019) pág. 197

⁶² **Bullying** é um termo da língua inglesa (bully = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, que ocorrem sem motivação evidente, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa incapaz de defesa pois são realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder⁶².

⁶³ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos> acesso em 03/set/2015

⁶⁴ Portal do Planalto. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > acesso em 03/09/2015

Ainda nas orientações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014, juntamente com a Secretaria de Administração (SECAD) com apoio do Ministério da Educação (MEC), no documento final recomenda:

O tema Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Diz respeito à efetivação da educação pública democrática, popular, laica e com qualidade social, banindo o proselitismo, o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades⁶⁵.

E por último, nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Distrito Federal - DF (2013), determinada que o Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e irrestritos e para a sua efetivação mais ampla, a educação, dever do estado, tem como princípio a liberdade, igualdade de direitos, respeito à diversidade, justiça e inclusão social e comprovamos:

A diversidade na EJA está presente de forma muito viva. Nesse sentido, é importante relacionar o currículo com as temáticas específicas das relações de gêneros, da questão étnico-racial, de orientação sexual e demais temáticas, que permitam reconhecer, refletir e respeitar as diferenças e os direitos, provendo assim uma educação cidadã e igualitária⁶⁶.

Teoricamente, é unânime que uma instituição escolar pública é de todos, e por isso o respeito deve ser a base para o convívio, entretanto na hora do pensar e agir as formas de erradicar o preconceito, a discriminação e o respeito ao estudante, ainda há muitas inconsonâncias.

Um exemplo foi a retirada da palavra gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) em que uma das diretrizes era a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual"⁶⁷.

A frase teve de ser substituída por "erradicação de todas as formas de discriminação", sem citá-las por causa da pressão e articulação de alguns representantes da sociedade civil e deputados, Segundo eles, o texto anterior era uma tentativa de promover o que chamaram de "ideologia de gênero" e incentivar os alunos a se tornarem homossexuais⁶⁸.

⁶⁵ CONAE/ SECAD/ MEC (2014) Disponível em < <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> acesso > Acesso em 03/09/2015

⁶⁶ Portal do Sinpro. Disponível em < <http://www.sinprodf.org.br/-educacao-de-jovens-e-adultos.> > acesso em 12/09/2015.

⁶⁷ Portal do MEC. Disponível em < <http://fne.mec.gov.br/component/content/article?id=383:plano-nacional-de-educacao> > Acesso em 13/09/2015.

⁶⁸ Portal Revista Escola. Disponível em < <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/combater-discriminacao> > acesso em 01/10/2015

A ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE

A escola é um ambiente onde todos os indivíduos deverão ser percebidos em igualdade de condições, respeitados e acolhidos como seres dignos e futuros transformadores da sociedade, e de acordo com o documento sobre Gênero e Diversidade Sexual na Escola (SECAD, 2007) a escola é um

espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento⁶⁹.

Entretanto, com relação ao gênero e a diversidade sexual na escola, não é isso que temos percebido, neste momento, pois a mesma é um universo marcado tanto pela violência psicológica, como a omissão e a invisibilidade, quanto pela física com um tratamento pejorativo, humilhações, falta de respeito e agressões em relação ao grupo LGBT. De antemão, vale salientar que essas atitudes preconceituosas, discriminatórias e homofóbicas não estão presente apenas nos alunos, mas também na maioria dos professores, gestores e parte administrativa (a carreira administrativa – secretários -, servidores da limpeza, merendeiros, porteiros e vigilantes) ou seja, perpassa em toda a comunidade escolar.

Tem-se notícias de relatos sobre alunos, pertencentes ao grupo LGBTs, serem mal tratados em sala de aula pelos colegas através de piadas e “brincadeiras” desrespeitosas e pejorativas, sem que haja a interferência, diálogo, ou uma discussão proporcionada pelos educadores sobre a empatia, o direito e a legitimidade de todos as pessoas, independente de sua diversidade.

⁶⁹ Portal do MEC. Disponível em <
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno4.pdf > acesso em 18/09/2015.



Os professores, em sala de aula, agem de forma velada e silenciosa, com reservas, em relação ao grupo LGBTs, e em nenhum momento se mostram acolhedores ou preocupados com o silêncio, o isolamento e até os maus tratos sofridos por esses alunos. E na sala dos professores, é comum ouvir de alguns a afirmação, sem nenhum constrangimento do seu preconceito e a sua discriminação, assim como os alunos, usam termos pejorativos e brincadeiras depreciativas sem nenhum respeito e dignidade.

Esse comportamento, em uma instituição de ensino, vai contra o direito de livre acesso, respeito e tratamento igualitário e digno para todos, estabelecido na Declaração dos Direitos Humanos:

Artigo II Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição⁷⁰.

No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH - 2006), assinado pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH 2013), que pensa a educação como a articulação entre a noção de Direitos Humanos e a valorização da diversidade, e define em seu Plano de Ação os objetivos balizadores do (Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH - 2005), conforme estabelecido no artigo 2º: (BRASIL/CNDH/MEC, 2006, p. 23).

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;
- c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero⁷¹

⁷⁰ Portal dos Direitos Humanos. Disponível em <
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos>. > Acesso em 20/09/2015.

⁷¹ Portal do MEC. Disponível em <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional>
. Acesso em 20/09/2015

A homofobia é tão cruel e incoerente que os professores, mesmo com a portaria que dá o direito aos homossexuais de serem chamados pelo nome social, ou seja, nome escolhido pela própria pessoa correspondente à sua identidade de gênero se recusam a usá-los na hora da identificação. É mais uma luta do grupo LGBT, pois a escolha das roupas, acessórios e ser chamado pelo nome social precisa ser respeitada como uma escolha legítima.

Assim sendo, a homofobia não pode ser compreendida apenas como uma violência repressiva, e sim como crime contra a vida, pois essas crianças, adolescentes e jovens são marcados para sempre com estigmas profundos que influenciarão na (com)formação das identidades individuais de cada um.



Isso tudo só mostra a tentativa de silenciar, mascarar e subtrair o direito de pertencimento a essas pessoas na escola, visto que ainda permanece de forma positiva e inalterável os princípios básicos que fundamentam uma sociedade livre e democrática, pois logo após essa votação o Conselho Nacional de Educação (CNE) publica uma nota a todas as Assembleias Legislativas, Conselhos Estaduais, Distritais, Municipais, e à Sociedade em geral, afirmando que:

Entende que disposições legislativas e normativas genéricas, como “combate a toda e qualquer forma de discriminação” não colaboram, especialmente no campo da educação, para a superação das discriminações a determinados segmentos sociais que, por sua identidade específica, foram secularmente invisibilizados e, por via de consequência, se viram impedidos, na construção e usufruto dos direitos decorrentes de sua própria cidadania⁷².

pois os princípios de liberdade, igualdade e respeito já há muito tempo são irrefutáveis, continua o referido texto que afirma:

⁷² Portal do MEC. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/index.php?=20721-nota-publica-sobre-ideologia-genero-01-09> > em 15/09/2015.

As determinações relativas à diversidade de gênero já estavam determinadas “ e devidamente consagradas” e é dever e obrigação dos Conselhos de Educação de cada cidade “que zelem pela explicitação das singularidades mencionadas nos planos de educação elaborados pelos entes federativos e informa que, em razão de inúmeras demandas que lhe foram enviadas e por um dever de ofício, encaminha-se para a elaboração de Diretrizes Nacionais de Educação (DNE) voltadas para o respeito à diversidade, à orientação sexual e à identidade de gênero⁷³.

Portanto, no que se refere à escola, gestores, professores e auxiliares, é necessário respeitar à liberdade e os Direitos Humanos a partir da sensibilidade crítica, esses profissionais deverão valorizar, promover e respeitar qualquer tipo de diversidade seja de raça, gênero, sexual e religiosa, além de coibir qualquer forma de discriminação como prevê o caput do Art. 5º, já citado anteriormente, de que “todos são livres e como seres humanos detêm o direito natural”.

Como o referido artigo trata de garantias e direitos fundamentais que cada cidadão dispõe, ele é, sem dúvida, o maior e um dos mais importantes artigos contidos na Constituição Federal de 1988, e assim efetivamente cumprido acima de qualquer (pre)conceito.

No entanto, assistimos, frequentemente, as vezes, passivos e/ou omissos, aos alunos pertencentes ao grupo LGBT serem ora invisibilizados, ora sofrerem de bullying, humilhações e discriminações dentro da escola, levando-os a um sentimento de ilegitimidade, do não pertencimento coletivo e falta de identidade pessoal e sexual.

É no cotidiano escolar que a sexualidade se manifesta de uma forma mais expressiva e variada, é a partir da entrada na escola que a menina/menino entra em contato com a diversidade, descobrem as diferenças entre o seu e outros corpos, olhares insinuantes, bilhetes apaixonados, brincadeiras maliciosas, piadas e apelidos que estigmatizam, dores e alegrias, respeito e discriminação aprende o sentido de pertencer ou não aquele universo.

Nesse sentido, no seu texto sobre Ser, Pertencer e Participar, para Nuno Santos (2003 apud Alderson; 2006, p.148) fica explícito o quanto é fundamental o sentimento de pertencimento.

O envolvimento associativo auxilia um sentido acrescido de pertença comunitária, o desenvolvimento de relações de intimidade e a crença na estabilidade das relações amorosas, bem como a redução dos impactos negativos da discriminação e da violência dirigidas aos sexualmente “diferentes”. Santos, (2006) apud ALDERSON, (2003).

⁷³ _Portal do MEC. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/index.php?=20721-nota-publica-sobre-ideologia-genero-01-09->> acesso em 17/09/2015

Cabe a escola discutir sobre a violência moral, psicológica e física por que passa esse grupo, a necessidade de explicitar a vulnerabilidade, desenvolver a auto-estima a que está sujeito e o quanto a invisibilidade inferioriza, desidentifica e humilha os homossexuais. É um debate importante para a construção social das posições dessas pessoas e práticas identitárias homossexuais como afirma Prado e Machado (2012, p. 27).

Vários discursos deslocaram a sexualidade para o campo da moral e da ciência, transformando versões particulares, ideológicas em verdades absolutas, que operavam – e muitas ainda operam – legitimadas/legitimando instituições sociais e lugares de poder, instituindo/colaborando para as subalternidades sexuais de milhões de pessoas.

Discutir diversidade é mostrar que pode existir igualdade, respeito e justiça na sociedade. Perde-se muito tirando isso da escola, que é o lugar onde se formam diversas relações sociais, e ao falar dessa escolarização de corpos e mentes Guacira, (2010, p.31) afirma: “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode ou não pode fazer, ela separa e institui, até o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir”.

Não podemos esquecer que as instituições escolares podem produzir benefícios como também desenvolver algumas mazelas, e continuar a ser mantenedora da desigualdade assim afirma Prado e Machado, 2012, pág 68

E no acirramento de processos de exclusão social, os quais podem ocorrer de formas bastantes variadas passando desde o aniquilamento e a violência social até forma de inclusão subalternizadas, evidenciando, assim o quão grave podem ser estes processos que afligem uma sociedade como um todo e não apenas determinados grupos sociais.

A nossa sociedade ainda está muito presa as tradições normatizadoras e homogeneizadora, podemos ratificar esse conceito no texto do Curso: Gênero e Diversidade na Escola, 2009, pág 31 ao afirmar que, “Com a repetição de imagens, linguagens, contos e repressão aos comportamentos “anormais” (ser canhoto, por exemplo) se levariam os “desviantes” à integração ao grupo passando da minimização à eliminação das diferenças”.

E de acordo com a teoria de Prado e Machado, (2012 p. 71),

Nessa discriminação e hierarquização há uma relação de subordinação e opressão, às vezes, nem consciente é uma “inclusão subalternizada” dessa inferiorização social, ou” orientações valorativas”, “assim o preconceito sustenta as formas institucionais de inferiorização permitindo que determinados grupos permaneçam posicionados de maneira subalterna nos processos de participação e democratização da sociedade.

E nem por isso a discriminação é menos opressora, prejudicial e justificável, pois machuca, causa dor física e emocional e um sofrimento atroz, desumano. “Neste sentido, estamos de frente não para um processo de exclusão social simples, mas sim para um processo perverso de subalternização que inclui restritivamente e de forma estigmatizada os grupos inferiorizados nos processos sociais”. (Prado e Machado, 2012 pág 71).

E hoje, permanece nas escolas essa concepção e o discurso de alguns educadores, mesmo sabedores das diferenças das políticas socioeducativas e práticas pedagógicas inclusivas, e reconhecerem a existência de discriminações e ações homofóbicas na comunidade escolar, que ainda se posicionam como passivos, omissos e silenciosos.

De acordo com o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) pág 32, “é nos silêncios, no currículo explícito e oculto que vão se reproduzindo desigualdade”

Segundo Libâneo (1994 p. 172) “o currículo explícito é aquele planejado pela rotina do professor, na contextualização dos conteúdos e o plano de ensino. E o currículo oculto são as atitudes, comportamentos e valores que perpassam o meio social e escolar em que estão inseridos.”

A discriminação está presente no olhar, no sorriso sarcástico, no desdém, na omissão, continua o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2019) pág 33, “A diversidade, devidamente reconhecida, é um recurso social dotado de alta potencialidade pedagógica e libertadora. A sua valorização é indispensável para o desenvolvimento e a inclusão de todos os indivíduos”.

Portanto, a escola como campo de aprendizado, e (re)formação positiva de valores, de respeito ao próximo, capaz de (re)inventar o (pre)conceito de nós mesmos e da sociedade não deve perder a oportunidade para ultrapassar limites secularmente impostos por uma sociedade heteronormativa cristã, elitistas e masculina, e não perder a sua meta como formadora de uma educação globalizada.

O documento final da CONAE explicita:

“As questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes se articulam com a construção da justiça social, a inclusão e os direitos humanos. Assim, as políticas educacionais voltadas ao direito e ao reconhecimento à diversidade estão interligadas à garantia dos direitos sociais e humanos e à construção de uma educação inclusiva”. (Conae, 2014)

E para os educadores existem os direitos, leis e determinações que podem resguardá-los, embasar o fazer em sala, fundamentar o currículo pedagógico, e aos alunos para conferir legitimidade e algum empoderamento como o parecer da presidenta do

Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - (CNCD/LGBT) que garante a escolha do uso do banheiro às travestis e transexuais.

No uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, fundamentado no Parecer CNCD/LGBT nº 01/2015; e baseado no Art. 5º da Constituição Federal, já citado, que estabelece “a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” - entendendo-se aqui inclusive as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero decreta que:

Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito⁷⁴.

Mesmo com essas determinações o grupo LGBT não vivencia o total sentimento de empoderamento, já que esses alunos são, desde o princípio, discriminados pela família, pela sociedade e ao chegar a escola não conseguem permanecer no ambiente escolar por não se sentirem acolhidos por colegas, professores e gestores. Nem mesmo os transexuais são contemplados na lista de chamada, com o uso do nome que os identifica, ou no próprio uso do banheiro. Por isso o reconhecimento da identidade de gênero e a aprovação da PL 122/2006 (citada anteriormente) é uma forma de garantir o direito de ir e vir de transexuais e travestis livre e democraticamente.

Vivemos numa sociedade que apesar de toda a evolução tecnológica, científica e cultural ainda se encontra presa a princípios judaico-cristãos que induzem às pessoas a olharem os outros a partir de seus órgãos genitais, masculino e feminino desconsiderando a noção de orientação sexual, identidade, sentimentos e amor, e ainda estabelecem esses princípios como verdade absoluta e/ou uma lei imutável do país. E dentro destas regras heteronormativas e preconceituosas a maioria das pessoas não admite a homossexualidade, não concebe a vida de uma pessoa diferente do que os homofóbicos estabeleceram como certo como afirma Sérgio Gomes (2015, p.1)

Em nome da intolerância, a vida de um ser humano é levada ao minimamente possível. Em nome da intolerância, tenta se sustentar os piores pesadelos guardados a sete chaves no “inconsciente” de indivíduos que instituíram a heterossexualidade como parteira de nossas subjetividades⁷⁵.

É comum nas escolas, casos em que homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais sofrem discriminação dentro da escola por gestores, professores/professoras e com mais

⁷⁴ Portal JusBrasil. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao>> acesso em 10/09/2015.

⁷⁵ Disponível em < <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal19-sergiosilva.pdf> > acesso em 15/09/2015.

evidência pelos próprios colegas levando-os a reagirem negativamente ao espaço escolar. E segundo Santos (2009) a evasão escolar é inevitável nestas situações.

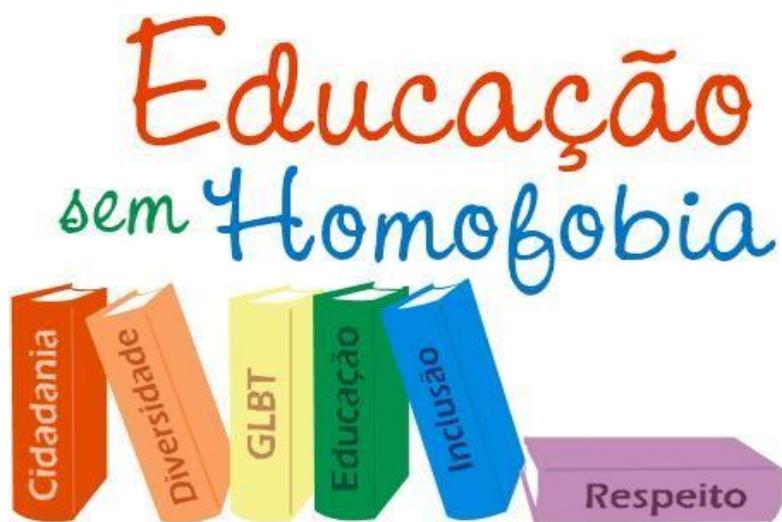
Um dos fatores preponderantes para a evasão escolar consiste na insistência das professoras e professores dirigirem-se às alunas e aos alunos travestis e transexuais por meio de seu nome civil, utilizando este artifício como um caráter punitivo, negando o nome social escolhido pela/o sujeita/o em consonância com a forma como esse sujeito se reconhece, identifica e apresenta-se nas relações sociais (SANTOS, 2009).

E assim, depois de ouvir desabafos de alguns alunos, discussões e reflexões em sala, além de casos de homofobia na escola e com base nos fundamentos da Declaração dos Direitos Humanos, orientações da CONAE, e as Diretrizes Curriculares do Distrito Federal, juntamente com alguns educadores/as em reuniões pedagógicas percebeu-se a necessidade em desenvolver um projeto com alunos e professores, inicialmente de sensibilização, relativização e intervenção, sobre as questões que envolvem os homossexuais: a empatia, a visibilidade, o empoderamento do grupo e a ausência ou evasão desses alunos.

Como afirma Adorno, é preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos. Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca destes mecanismos⁷⁶.

E mesmo com poucos participantes, discursos dissimulados e irônicos de apoio e incentivo, concluímos que é necessário que as relações homossexuais, sejam trazida para dentro da escola, pois a mesma possui as condições propícias para a aceitação respeitosa dessas pessoas, e que alunos e professores reflitam e percebam que a invisibilidade, discriminação e exclusão não torna ninguém melhor, nem evoluído, ou seja um verdadeiro cidadão.

⁷⁶ Disponível em < www.nesef.ufpr.br/olimpiada/baixar.php?arquivo > acesso em 01/09/15.



“É mister assumir, que o processo de visibilidade como resposta, ainda que insuficiente, é fundamental para desconstruir e ressignificar atribuições sociais construídas historicamente no campo da religião, da ciência e da moral acerca da homossexualidade” (Prado ; Machado, 2012, p 81).

No documento lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁷⁷ em 2012 com obrigações dos Estados para proteção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT, determina:

- Proteger as pessoas da violência homofóbica e transfóbica (Pessoa ou grupo de pessoas que tem repulsa ou preconceito por homossexuais, transexuais, travestis e transgêneros).
- Incluir a orientação sexual e a identidade de gênero como características protegidas por leis criminais contra o ódio.
- Estabelecer sistemas efetivos para registrar e relatar atos de violência motivadas pelo ódio.
- Prover educação e treinamento para prevenir a discriminação e estigmatização de pessoas intersexo e LGBT.

Não podemos continuar fingindo que essas pessoas e suas relações não existem, pois elas fazem parte do nosso cotidiano em todas as suas dimensões e complexidades e que o conhecimento os conduza a um sentimento de alteridade e que reflitam que somos todos seres humanos iguais nessa natureza e diferentes na constituição e compreendam que essas diferenças podem e devem ser ressignificadas. Como afirma OLIVEIRA de, em seu artigo A alteridade: uma noção em construção molar, “A identidade de cada indivíduo

⁷⁷ Portal das Nações Unidas. Disponível em < www.nacoesunidas.org/onu-lanca-quia-com-obrigacoes-dos-estados.> Em 10/09/2015.

ou dos grupos sociais, a partir das interações que estabelecem é formada e re-significada continuamente nas representações sociais portadas pelos sujeitos, que se apresentam no cotidiano”⁷⁸. (Oliveira; Jonathan, 2008)

Vale lembrar, obviamente, o quão é este, um assunto polêmico e delicado pois envolve valores culturais, arraigados e conservadores como também o pensamento religioso fundamentalista e por último que o educador está vulnerável a ter muitos problemas com pais, responsáveis e até com o próprio corpo docente.

Assim, foi pensado em uma proposta interdisciplinar que contemple profissionais de outras áreas e que queiram participar, e que estejam atentos para trabalhar com perguntas e tentar buscar as respostas (quem, quando/ por quê, onde) em um trabalho conjunto e de base, capaz de se chegar a resultados interventivos, a conclusões diretas, simples e despreconceituosas como minimizar e finalmente extinguir a evasão escolar por causa da falta de empatia e humanismo.

NO MEIO DO CAMINHO ... HAVIA UM PRECONCEITO

Com esse objetivo bem delineado, adentrei-me, como diz Guimarães Rosa, “pelas veredas estreitas” e caminhos desconhecidos e tortuosos do conhecimento e pesquisa e, com base nos estudos sociais, culturais e legais, pois o projeto busca (des)construir e (re)inventar uma nova escola, com base nos direitos humanos e solidariedade, para se conviver e conceber a diversidade de gênero e orientação sexual com respeito e humanismo, como afirma Adorno (1970), “barbárie, é pensar que nada faço para que o outro morra, mas também nada faço para que ele viva”.⁷⁹.

Com vista à diversificação das práticas e valores históricos e culturais dos discursos sobre a não aceitação, o preconceito e subjetividade, usarei como referencial teórico a base pós-estruturalista de Michel Foucault analisada pela doutora em educação Guacira Lopes Louro, no Livro *Genero, Sexualidade e Educação e a prática e o embasamento teórico apreendido nos Cursos: Gênero e Diversidade na Escola - Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*, 2009 e *Vidas Plurais*, 2010.

⁷⁸ Portal da PUC. Disponível em < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493_215.pd > acesso em 01/09/2015.

⁷⁹ Disponível em < www.nesef.ufpr.br/olimpiada/baixar.php?arquivo > acesso em 05/08/2015.

Além disso, e não menos fundamental foram os conceitos e a teoria defendida por (Prado; Machado, 2012) sobre a Hierarquia da Invisibilidade leitura essencial na no embasamento teórico o qual o projeto se fundamenta.

E por último, a prática e o conhecimento da realidade da escola em foco, além da participação em cursos, seminários e a leitura de pesquisas e trabalhos que têm sido desenvolvidos sobre o universo do grupo LGBT, voltado para o preconceito, invisibilidade e empatia dentro do processo da legalidade e dos Direitos Humanos. Como afirma Prado e Machado (2012, p 67) “ Se há um elemento paradoxal no preconceito é que ele nos impede de ver o que não vemos, e o que é que não vemos, ou seja, ele atua ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas, naturalizadas por seu mecanismo.”

E aqui cabe algumas perguntas que no decorrer de todo o processo pedagógico, será o eixo fomentador do projeto por meio de debates, palestras, seminários e principalmente o conhecimento adquirido sobre respeito, direito, pertencimento e visibilidade.

- Quem se beneficia com a manutenção dessa escala de valores estabelecida pela sociedade?
- A mídia, de uma maneira geral, tem interesse? Ela dá voz, ou aumenta o preconceito com os seus tipos estereotipados.
- Quais são as possibilidades táticas criadas e desenvolvidas para lançar uma luz sobre esse movimento que, por essência, já é invisível e marginalizado?
- De onde vem a ameaça em conviver com diferenças?
- Qual o perigo que existe em reconhecer ou não no outro uma possibilidade para si próprio?

5 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Discutir sobre o tema Diversidade de Gênero com gestores, professores e alunos, a discriminação e o preconceito sofrido pelo Grupo LGBTs, seus Direitos Constitucionais e a prerrogativa para exercer a sua identidade de gênero e sexualidade evitando à evasão escolar.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Sensibilizar alunos/as, professores/as, gestores, funcionários/as e famílias/comunidade por meio de apresentação de sessões de filmes, vídeos, reportagens sobre o grupo composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTs) e suas histórias.

Promover os direitos sociais do grupo LGBTs e induzi-los a lutar contra o preconceito institucionalizado e a invisibilidade na escola por meio de palestras conscientizadoras com representantes de alguma parceria.

Apresentar a História da Homossexualidade, sua origem, regras imperativas e culturais, os tipos de discriminação por orientação sexual e as várias formas de ser, amar e se expressar.

Apresentar o Projeto de Lei (PL)122/96 que criminaliza as discriminações por sexo, gênero e orientação sexual além de decretos, normas, portarias, e recomendações do Ministério Público, sobre Educação e Diversidade.

Fomentar a discussão nas reuniões de coordenação dos professores e envolvê-los para que se insiram efetivamente nas ideias contidas no currículo escolar e as políticas públicas em relação aos Direitos do grupo LGBTs e Projeto Educação sem Homofobia.

6 RESPONSABILIDADE E AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Não podemos conceber a ideia de que no século XXI vejamos, ainda, a sociedade dentro de um padrão arcaico, conservador e heteronormativo, em que só é considerado cidadão o sujeito político por excelência: homem, branco e heterossexual e que em torno dele se construam todas as diferenças possíveis de inferioridade, submissão e desvalorização como se pertencer a grupos minoritários em si só já é uma ameaça à sociedade.

Ressalta-se, portanto, a necessidade urgente de medidas e políticas públicas que lancem uma luz a todos os envolvidos no processo educacional como gestores, professores, funcionários, familiares e a comunidade em geral para participar de palestras, cursos e oficinas, a fim de criar relações mais positivas, prazerosas, de caráter democrático que privilegie o direito de todos.

A escola precisa, urgentemente, se preparar para acolher o grupo LGBT em suas diversidades, e que insira em seu quadro profissionais com formação crítica, capazes de se posicionarem e discutirem, com equilíbrio e solidariedade, as relações de poder, hierarquia, submissão e inferioridade (que a sociedade heteronormativa tende a preservar) a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora sobre quem são os beneficiários dessa relação de poder.

Uma grande parte da sociedade tem se mobilizado em favor do reconhecimento e da legitimidade de grupos minoritários especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade, já que vivemos em mundo diversificado e múltiplo, rico de infinitas posturas e possibilidades.

São pessoas solidárias, que compreendem esse universo além da mera aceitação e tolerância com a diversidade, pois é simplista apenas compreender os preceitos da Constituição, quanto à igualdade de direitos, e que as diferenças devem ser respeitadas e promovidas de acordo com cada subjetividade, e também não pensar o grupo LGBT com estigmas, inferioridade, visto que uma sociedade só se tornará civilizada e evoluída quando todos os partícipes forem amplamente respeitados.

Como afirma Sérgio Carrara (2010) em Educação - Diferença, Diversidade e Desigualdade. “As sociedades fazem parte do fluxo mais geral da vida e a vida só

persevera, só se renova, só resiste às forças que podem destruí-la através da produção contínua e incansável de diferenças, de infinitas variações”⁸⁰.

Portanto, a educação é uma ferramenta de transformação, de emancipação, de construção de um mundo novo, diferente, capaz de reconhecer e respeitar cada indivíduo em suas particularidades e individualidades. E a escola deve desenvolver atividades que comunguem com as expectativas dessa nova sociedade que se apresenta, e se transformar em ambiente seguro, democrático, livre de preconceitos e efetivamente educativo para todas as pessoas.

A escola tem o papel não só de socializar o aluno, mas também de promover o seu desenvolvimento intelectual e emocional, além do dever de assegurar que cada estudante, de maneira livre e criativa, seja capaz de fazer novas leituras de si e do mundo, que amplie as possibilidades de intervenção e construção de cada um, em busca de um mundo melhor.

É nesse espaço que os estudantes desenvolverão de forma espontânea, projetos efetivos, com habilidade e criatividade, para assim, usufruir igualmente as oportunidades, aprimorar suas potencialidades e expressar suas ideias, sonhos, afetos e desejos que resultarão em benefício para toda a coletividade.

⁸⁰ Disponível em < www.mobilizadores.org.br/.../educacao-diferenca-diversidade-e-desigual. > acesso em 02/10/2015.

7 ATIVIDADES E CRONOGRAMA

A metodologia de ensino é uma forma organizada para desenvolver as atividades de um projeto, plano de trabalho e alcançar uma meta com maior efetividade possível, e para isso é primordial a colaboração de toda a comunidade escolar.

Práticas pedagógicas conservadoras devem ser (re)construídas e os alunos induzidos a um raciocínio crítico sobre quem se beneficia com a manutenção de escala e relações de valor e poder na sociedade, compreender a efetividade de seus direitos, autonomia e reconhecimento como seres humanos, com uma consciência crítica de que é capaz, ou seja, levá-lo a compreender que são protagonista de sua história e é consequente só eles podem modificá-la.

Só assim seremos educadores e capazes de transformar essa sociedade num mundo mais justo, igualitário com menos desrespeito e corrupção e não meros reprodutores de conteúdos.

Uma das principais doutrinas de Paulo Freire é a compreensão do educando como sujeito, como aquele que juntamente com o educador elaboram e constroem o ato educativo, portanto um ser cuja consciência se situa perante o mundo como militante reflexivo, crítico e transformador de sua própria situação concreta. O homem só transforma a realidade quando ele conhece essa realidade, assim como a sua própria capacidade de transformá-la.

Portanto é necessário trabalhar a pedagogia-metodológica hoje como algo que transforme o aluno em um ser participativo e atuante. Como afirma Paulo Freire, nos textos do Módulo IV:

O professor e o aluno devem apreender juntos, numa relação dinâmica, com uma metodologia dialógica em que o escutar e enxergar integrem o mesmo processo e que prevaleça o diálogo, a troca de informações, de saberes que produzirão o conhecimento e a transformação do mundo real⁸¹.

ATIVIDADES SENSIBILIZADORAS

1. Durante as coordenações, o autor do Projeto de Intervenção Local (PIL) apresenta o projeto e sensibiliza os professores sobre o sentimento de empatia e respeito ao grupo LGBTs. Chama atenção para a dinâmica silenciosa ou omissa do que acontece na escola, ou seja, torna público uma das causas da evasão escolar.

⁸¹ . Disponível em < <http://forumeja.org.br/files/PedagogiadoOprimido.pdf> > acesso 03/04/2015

2. Convidamos um palestrante para falar e conduzir discussões nas coordenações de professores sobre o currículo escolar, as políticas públicas na Diversidade e Direitos Humanos.
3. Organizamos uma saída de campo, com as turmas, para assistir ao filme: Que horas ela volta com Regina Casé em um cinema da cidade. (Alguns alunos nunca foram a um cinema) com a participação de mais ou menos 5 turmas. Em seguida promovemos um debate com convidados (que trabalham com a Diversidade de Gênero) a responderem perguntas do grupo.

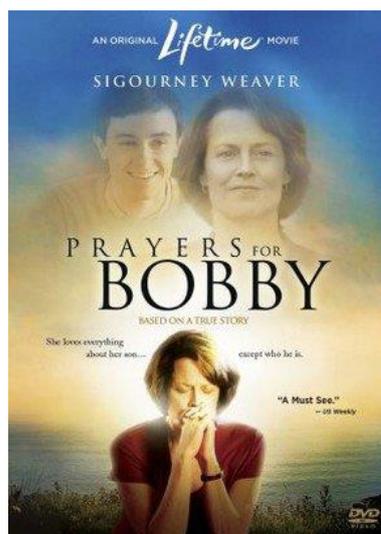


4. Sessões de Vídeos - Apresentação do filme e em seguida um debate e avaliação sobre a película em sala. (Este é um momento importante, pois é necessário a aceitação do grupo de professores, mesmo os que não fazem parte do projeto para a disponibilidade do seu horário de aula). Exemplos de alguns filmes:

Eu não quero voltar sozinho, Oração para Bobby, Má Educação, Direito de Amar, Assunto de Meninas. Minha vida em cor de rosa⁸².

OBS. O filme escolhido pelos alunos foi a película: Oração para Bobby.

⁸² Portal Cine Dica. Disponível em < <http://www.cinedica.com.br/Lista-De-Filmes-Filmes-que-abordam-a-homossexualidade--29.php> > acesso em 04/08/2015.



5. Apresentação de slides e fotos da Origem e a Linha de Tempo sobre a História da Homossexualidade e debate em sala

APRESENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A SEMANA DA EJA

1. Exposição para ser apresentado em forma de cartazes, fotografias, folders, banner, em salas e corredores da escola;
2. Reportagens e Dados Estatísticos sobre a violência contra os homossexuais e transgressões aos Direitos Humanos;
3. Explicitar os conceitos relacionados à diversidade de gênero como: Heteronormatividade, Sexismo, Discriminação, Homofobia, Preconceito. Estigma e outras formas de opressão nos diversos contextos em que transitam: família, escola e trabalho;
4. Divulgar a pesquisa sobre a diversidade de gênero entre animais de outras espécies, e uma exposição sobre essas condutas;
5. Expor formas discursivas (expressões orais, falas do senso comum = “mulheres só podem usar rosa”, “homens não choram” menina não brinca de bola, etc) e ações (discriminações) que constroem estereótipos tradicionais relacionados à “natureza e cultura” do feminino/masculino.
6. Revelar reportagens sobre as conquistas do movimento LGBTs e a importância do dia 17 de Maio - Explicação por que ficou marcado como Dia Internacional contra a Homofobia;
7. Apresentar o Estatuto da Família, que define como “família apenas a união entre homem e mulher do Governo Federal, reportagens sobre a Construção de novas famílias e Adoção de filhos, e por último uma votação figurada da aprovação do referido estatuto;

8. Com a ajuda do Serviço de Orientação Educacional (SOE) elaborar, juntamente com a comunidade escolar, um abaixo assinado ao Congresso Nacional cobrando a votação e aprovação do Projeto de Lei (PL) 122/06 que criminaliza a homofobia e discriminação à orientação sexual;
9. Colar nos corredores da escola cartazes com cada intervenção legal a favor do grupo LGBTs como: leis, portarias e recomendações que amparem os alunos, professores e outros sujeitos que sofram discriminação na escola;
10. Elaboração de cartilhas com um modelo de diretrizes/orientações comportamentais para a comunidade escolar em relação aos Direitos do grupo LGBTs; pelos alunos.
11. Interpretação no auditório da peça – A Ópera do Malandro de Chico Buarque.

Entre essas proposições não podemos esquecer de exigir do governo a efetividade das políticas públicas relacionadas à diversidade, como incluir os estudos de gênero nos cursos de formação docente e propor mudanças de benefícios (por exemplo, uma maior pontuação na contagem de pontos na escolha de distribuição de turma e carga horária no início do ano) a fim de incentivar os professores a cursos de formação continuada em Diversidade.

Precisamos de uma escola que seja um local de inclusão, de pertencimento, democrático, acolhedor e de cumplicidade, para que todos se sintam resguardados, visto que diversos parâmetros normativos e legais, já citados anteriormente, afirmam o compromisso da educação com igualdade, recusando discriminações e prejuízos sociais.

Só assim, poderemos acompanhar as transformações sociais que o mundo moderno nos impõe, visto que não cabe apenas o modelo familiar patriarcal e heteronormativo, pois o que vemos são novos arranjos familiares, outras modalidades de relacionamento socioafetivo com todos os problemas e crises existenciais que acompanham uma relação familiar, mas certamente mais verdadeira, autêntica tornando o mundo mais real, justo e democrático.

8 CRONOGRAMA E AVALIAÇÃO

OBJETIVO	ATIVIDADE	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA
Sensibilizar os professores sobre o sentimento de empatia e respeito ao grupo LGBT	Apresentação do Projeto de Intervenção Local (PIL)	Palestra e apresentação do Banner - debate e exposição de dados do PIL	Observação direta	Abril / 2015
Discutir o Currículo escolar e as Políticas Públicas na Diversidade Sexual	Palestra	Exposição oral / slides	Participação dos alunos nos debates	Abril 2015
Conhecer o poder e sensibilidade da arte cênica na imitação da realidade	Saída de Campo - Ida ao cinema	Assistir à película: Que horas ela volta com Regina Casé - Debate	Registros oral e escrito - Debates	Junho / 2015
Levar os alunos a refletir sobre a força da impressão da realidade por meio da ficção	Sessões de Vídeo	Apresentação do filme: Uma oração para Bobby	Registros oral e escrito – Debates	1ª sem. agosto 2015
Conhecer e compreender a Origem e História da Homossexualidade	Exposição de Fotos e Slides	Apresentação de fotos / slides e exposição oral	Discussões, perguntas e críticas	2ª sem. agosto / 2015
Explicar alguns conceitos relacionados à Diversidade de Gênero	Aula Expositiva	Explicitação oral, discussão e análise crítica	Participação ativa. Debates, análise e crítica	última semana ago /15
Divulgar dados da pesquisa sobre a homossexualidade entre outras espécies de animais	Pesquisa	Apresentar as teorias, explicar dados e gráficos	Avaliação formativa. Postura e criatividade	1ª sem. setembro 2015
Expor formas discursivas	Mostra e	Exemplo com as falas de alunos e	Capacidade de	Semana Cultural

preconceituosas e estigmatizadoras sobre o grupo LGBTs	painéis Palestra	colegas / Palestra explicativa do autor do PIL	compreensão e interpretação	da EJA 14 a 18 set
Sensibilizar os alunos sobre as conquistas do Grupo LGBTs	Reportagens	Apresentação de reportagens trazidas pelos alunos	Habilidade de análise e síntese	Semana Cultural 14 a 18 set / 2015
Apresentar o Estatuto da Família e suas incoerências por meio de uma votação - Imitação da Câmara Legislativa	Defesa e Eleição	Defesa e Votação pelos alunos a favor ou contra o Estatuto	Capacidade de argumen – tação e coordenação de trabalho em grupo	Semana Cultural 14 a 18 set / 2015
Elaborar um abaixo assinado a favor do Projeto de Lei (PL) 122/06	Elaboração do Abaixo Assinado	Construção de um abaixo assinado	Habilidade e conhecimen - to da escrita	1ª sem. outubro / 2015
Apresentar as conquistas do grupo LGBTs por meio de leis / portarias / e recomendações legais	Apresentação das intervenções legais sobre a Homofobia	Explicitação com slides sobre as leis / portarias e recomendações	Facilidade na linguagem oral e organização lógica.	Última sem. Out 2015
Elaborar uma cartilha com diretrizes e orientações comportamentais para a comunidade escolar	Elaboração de Cartilhas	Construção de Cartilhas com regras e orientações	Faculdade de leitura e escrita	1ª sem. de nov. 2015
Apresentar como a opressão provoca a mercantilização dos corpos e a desumanização dos seres humanos	Peça Teatral -	Apresentação de uma peça teatral - roteiro adaptado pelos alunos	Demonstra - ção de domínio verbal, corporal e humano.	Dezembr o / 2015

9 PARCEIROS

1. Gestores e corpo docente da escola Centro de Ensino Médio 03
2. Serviço de Orientação Educacional (SOE) Orientadores Educacionais do Centro de Ensino Médio 03
3. ELOS - GRUPO LGBT DO DISTRITO FEDERAL - SDS Ed. Eldorado, Sala 412 - Brasília

TELEFONE: +55 61 8487-1315 E-MAIL: elos@eloslgbt.org.br WEB SITE: www.elos@eloslgbt.org.br

Uma Organização Não-Governamental em defesa dos Direitos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e tem como finalidade fundamental organizar pessoas, independente de sexo, orientação sexual, etnia, credo, convicções filosóficas, condição social, profissão, desde que interessadas em defender e promover o direito à liberdade da orientação sexual e da identidade de gênero, bem como promover a prevenção e assistência no que diz respeito à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). - See more at: <http://www.tudovaimelhorar.org/procura-ajuda#DF>

4. ESTRUTURAÇÃO GRUPO LGBT DE BRASÍLIA - SRTVS 701 Ed. Assis Chateaubriand Bloco I - Sobreloja 28 E-MAIL: estruturacao@estruturacao.org.br. O Estruturação - Grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) de Brasília é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. O grupo é uma entidade de trabalho pela defesa, garantia e promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) mais antiga do Centro-Oeste e uma das que existem há mais tempo no Brasil. - See more at: <http://www.tudovaimelhorar.org/procura-ajuda#DF>

10 ORÇAMENTO

Na concepção deste Projeto de Intervenção Local - A invisibilidade do grupo LGBTs e a Exclusão escolar - se pensou em duas possibilidades: utilizar os recursos pedagógicos da própria escola e aqueles materiais que onerassem custo seriam por conta do próprio autor do projeto.

Assim, as cópias dos textos para leituras como: as leis, decretos, portarias e recomendações foram reproduzidos pela própria escola, como são trabalhos em grupos, necessitou, portanto, de poucas cópias e conseqüentemente pouco ônus para a Instituição Escolar.

Os equipamentos audiovisuais como: Tv, data show, som, telão, e o material pedagógico como: cartazes, papel madeira, pincéis, cola, foram disponibilizados e autorizados ao professor e alunos pela gestão administrativa.

As pesquisas são realizadas nos computadores do próprio laboratório da escola pelos alunos acompanhados, ou mesmo pesquisados, pelo próprio autor do projeto.

As despesas com aluguel de filmes, compra de TNT (várias cores) fita adesiva, e aqueles que não fossem disponibilizados pela direção, foram custeados pelo autor do Projeto, sem encargos financeiros para alunos ou para a instituição escolar.

Em uma reunião inicial com os alunos, ficou estabelecido que os mesmos se responsabilizariam pelos custos da produção e confecção dos banners que fossem utilizados por algum grupo.

11 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O objetivo da educação é desenvolver o indivíduo de forma ampla com conhecimentos adequados a sua realidade, habilidades e capacidade em resolver problemas, e atitudes que o transformem num verdadeiro cidadão e contribuam para a sua formação nos aspectos humanos, sociais, afetivos e políticos e direcionem a maneira pela qual este aluno vai se relacionar com a natureza, a sociedade, o outro, as diversidades e consigo mesmo.

Por isso, há uma enorme preocupação com a forma mais adequada sobre a avaliação da EJA, pois os métodos avaliativos usados é um reflexo da prática pedagógica, por isso é preciso mudar o foco do nosso olhar e sair do produto/resultado final para a análise de todo o processo. O progresso e desempenho favorável do aluno só serão alcançados quando o mesmo for estimulado e orientado com competência e desde que ele também se permita ao ato do apreender além do que, a mesma como uma modalidade inclusiva e de reparação idade/série deve-se ater a inúmeras características e diversidades de sujeitos e contextos.

A avaliação não se centrava na quantidade e sim a qualidade, pois considerava a idade/série, sua história de mundo, seus objetivos e anseios, condições de vida, ou seja, um processo contínuo, sistematizado, solidário, flexível, humanitário e global.

Concluindo, uma avaliação participativa, de observação direta (compreensão e interpretação de dados, conceitos, técnicas) mas também indireta como histórias de vida, respeito, solidariedade, valor e ética, visto que, de acordo com o documento final da CONAE (p.67), sobre a avaliação, afirma que: “É preciso pensar em processos avaliativos mais amplos, vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios, contrapondo-se à centralidade conferida à avaliação como medida de resultado e que se traduz em instrumento de controle e competição institucional”⁸³.

⁸³ Portal do MEC. Disponível em < <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina.pdf> > acesso em 10/10/2015

12 ANEXO

PROJETO PEDAGÓGICO DA SEMANA CULTURAL DA EJA – Elaborado em 2011

Professores: Corpo docente do CEM 03 atuantes na EJA nos turnos vespertino e noturno –

Revisão final – Norma (Supervisora Pedagógica) Waldeck (Prof. Matemática) Manoel (Prof. Artes) Edilene (Prof. Língua Portuguesa).

Tema: (O tema deverá ser escolhido conjuntamente de acordo com as perspectivas, anseios, prioridades apresentadas no período que a mesma acontecerá.)

Apresentação:

Com o crescimento e desenvolvimento social, a mudança econômica e o avanço tecnológico, os jovens e adultos sentem necessidade de buscar na escola uma condição de aprimoramento de sua formação na esperança de que isso reflita numa melhoria de seus padrões econômicos e sociais, mantendo-se assim atualizados, dar continuidade a escolarização que não conseguiram na denominada idade apropriada ou recuperar a autoestima e o tempo perdido na escuridão do analfabetismo.

Dentro das diversas modalidades de ensino, o Centro de Ensino Médio 03 é uma escola pioneira na Educação de Jovens e Adultos oferecendo em dois turnos os três segmentos . Inicialmente a modalidade da EJA destinava-se somente a adultos, mas vem sofrendo alterações para se adequar as mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos tempos, e hoje atendemos alunos a partir de 14 e meio de idade.

Educar jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome, é oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer tanto atividades pedagógicas como sua preparação para o mercado de trabalho, conforme prevê as diretrizes curriculares da EJA, com as funções de: reparar, qualificar e equalizar o ensino.

Nosso maior desafio é proporcionar condições para que nossos alunos sejam capazes de promover essa transformação social, econômica e política que a sociedade exige é oferecer-lhes uma educação que forme indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, realmente preparados para o exercício pleno de sua cidadania.

Justificativa:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96), em seu artigo 37, prescreve que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. É característica dessa Modalidade de Ensino a diversidade do perfil dos educandos, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e a motivação pela qual procuram a escola.

Esses educandos juntamente com seus professores, coordenadores, profissionais da carreira assistentes e gestores, que anseiam por um ensino de qualidade, seja como educadores ou aprendizes, promovem a cada semestre a Semana Cultural – uma semana com atividades/oficinas pedagógicas manuais e artísticas capazes de promover o aluno artística, social e profissionalmente.

Nessa semana pretende-se trabalhar com uma metodologia diferenciada, interacionista, contextualizada e dinâmica que desenvolva o espírito crítico e criativo de professores e alunos, buscando qualificar e superar as limitações encontradas no processo de aprendizagem formal, conteudista numa estrutura rígida, pré-estabelecidas e principalmente que minimize a distância existente entre a teoria e prática contribuindo dessa maneira para a melhoria das relações humanas e da autoaprendizagem.

Com isso espera-se outorgar o direito ao aluno à cidadania, garantir-lhe a auto-sustentabilidade profissional, pois muitas vezes esquecemos que essa cidadania é uma conquista individual, fruto de um processo de maturidade e conscientização de cada indivíduo, portanto é um processo lento que exige dos profissionais de educação compromisso, seriedade e perseverança no desempenho de seu trabalho.

Ainda quanto a Lei n. 9394/96 a qual incorpora uma concepção ampla e abre outras perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida na pluralidade de vivências humanas. Conforme aponta o artigo 1.º da Lei vigente:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Por isso nesse projeto apresentamos professor e aluno interagindo, já que ambos são trabalhadores, de um lado temos os alunos que quase sempre estão na informalidade e de outro temos os professores detentores do conhecimento formal e assim tornam-se cúmplices, protagonistas dos saberes. O professor deve ser um aliado do educando e não como um “doutor”, arrogante, insensível e prepotente, ele é sim o facilitador do processo e ambos tem muito a contribuir para a qualidade do ensino-aprendizagem, não só por serem trabalhadores, mas pelo conjunto de ações que exercem na família e na sociedade.

O educando, ao perceber que está sendo tratado como um agente ativo, participante do processo de aprendizagem, vai se sentir interessado, responsável e mais participativo. A responsabilidade é tão superior nessa concepção que o aluno compreende que está mudando sua sociedade, sua realidade e a essência de seu país pelo fato de estar mudando a si mesmo e que a educação que recebe não é favor ou caridade e sim um direito instituído conforme parecer 11/2000 que trata das Diretrizes curriculares para Educação de Jovens e Adultos.

É uma grande oportunidade para o aluno da EJA participar dessas oficinas como aprendiz e de também mostrar as suas habilidades como instrutor. Tais oficinas permitirão inclusive, a possibilidade de nossos jovens e adultos auferirem renda por meio da produção concreta daquilo que foi apreendido, é o momento em que o tradicionalismo pedagógico é substituído pelo protagonismo e trabalho coletivo dos alunos/atores de acordo com suas habilidades, os conhecimentos adquiridos e a valorização dos saberes informais, assim eles passarão a se reconhecer como sujeitos na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, criação e de produção e confirmar saberes para toda a sua vida.

Objetivo geral:

Promover e desenvolver uma educação renovadora, visando a interdisciplinaridade e o desenvolvimento das competências e habilidades voltadas para as habilidades manuais, artísticas e profissionais, que permitam aos alunos uma aprendizagem sistêmica, conectada com a realidade que lhes garanta diferentes chances no mercado de trabalho e também possibilitar aos educadores e educandos uma interatividade de saberes.

Objetivos específicos:

Fomentar o aluno em suas potencialidades manuais e artísticas.

Divulgar a cultura popular

Desenvolver a análise e crítica sobre o mercado de trabalho e suas nuances;

Capacitar os alunos para trabalhos manuais e artísticos;
Organizar, sistematizar e apresentar os resultados das oficinas à comunidade;
Propiciar ao aluno uma integração entre saber e aprender;
Tornar o aluno protagonista do conhecimento;

Resultados esperados:

Maior envolvimento dos professores e funcionários com as atividades escolares.
Mudanças de atitudes sociais, econômicas
Organizar, sistematizar e operacionalizar atividades coletivas.
Consolidar a parceria entre professor e seus alunos;
Valorizar os saberes informais dos nossos;
Proporcionar um novo significado à participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
Possibilitar aos educadores assumirem posturas proativas como agentes de transformação da realidade em conexão com as exigências do mundo globalizado.
Conscientização sobre as mudanças e qualidade de vida necessárias ao bem estar do homem;

Etapas metodológicas - Ações

Reunião para escolha do tema da Semana Cultural.
Sensibilização de alunos/professores /e pessoas da comunidade com habilidades artísticas e/ou manuais como protagonistas das atividades realizadas;
Inscrição dos professores-oficineiros e as oficinas oferecidas.
Elaborar a relação dos materiais usados por cada oficineiro e adquiri-los - levantamento de custos;
Inscrição dos alunos para as oficinas - Taxa voluntária para a aquisição do material necessário para cada oficina.

Preparação e execução das oficinas – 5 (cinco dias) – Segunda feira a abertura com danças, show, apresentações de alunos talentosos. Terça, quarta e quinta, execução da feira e o encerramento da Feira com a exposição dos trabalhos.

Entrega de diplomas, tanto para osicineiros como para os alunos.

Debate para a avaliação da Feira.

Plano de Ação

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO - OFICINAS	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Propiciar os alunos a compreenderem o funcionamento dos equipamentos eletrônicos.	Mecânica de carros	Instalação de sons automotivos	Alunos e o Prof. Fábio
Desenvolver habilidades relacionadas a botânica.	Plantar mudas de árvores	Plantar árvores, Aprender o processo de mudas	Alunos e Prof. Oseas
Compreender os componentes químicos na fabricação dos sabonetes	Fabricação de Sabonetes	Produzir sabonetes líquidos e em barras	Prof. Edna
Reaproveitar alimentos como fontes alternativas de sobremesas	Doces Alternativos	Produção de doces com cascas de frutas	Alunos – Prof Elisângela e prof ^a Rita

Proporcionar aos alunos compreensão sobre astronomia	Planetário vai à escola	Projeção de filmes e palestras sobre astronomia	Prof. José Antônio
Desenvolver habilidades manuais na confecção de cachecol	Cachecol no tear	Confecção de cachecois	Alunos – Prof edilene

Recursos necessários Humanos - Professores, alunos, ex-alunos, pessoas da comunidade, palestrantes, convidados, equipe de direção, servidores, etc.

Recursos Físicos Financeiros - Salas de Aulas, auditório, pátio, stands, Contribuição de alunos, professores, e possíveis patrocínios,

Avaliação

Nesse projeto os professores dão importância a uma avaliação qualitativa pois permite que o professor tenha autonomia e liberdade nas suas ações para desenvolver procedimentos, métodos, apoiados em sua totalidade, que lhe proporcione questionar o trabalho de ambos, proporcionar discussões sobre todo o evento, e que o ajude ao invés de criticá-lo.

Será uma discussão democrática, livre de qualquer pressão ou cobrança aos alunos. E por isso o professor precisa ser compromissado, conhecedor da avaliação formativa para ser o articulador da prática educacional, e que possa intermediar essa relação dialética tão complexa entre os protagonistas do ensino-aprendizagem. Ele sensibilizará os atores para a valorização do coletivo, do comprometimento de todos e que construa um processo integrado e integrador nesse projeto que é uma atividade coletiva num espaço de solidariedade aceitação e respeito pelo outro.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam, coord. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas / Miriam Abramivay, Anna Lúcia Cunha, Priscila Pinto Calaf. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – TITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2009. Pág. 187 a 2004.
- ADORNO, T. Educação e Emancipação. Disponível www.nesef.ufpr.br/olimpiada/baixar.php?arquivo em 05/09/15.
- BRASIL, GÊNERO E RAÇA. Ministério do Trabalho. Disponível In: <http://www.mp.os.gov.br> acesso em 20 jul 2015
- CARNEIRO, Nuno Santos, Universidade do Porto, Lisboa, 2006, pág. 148 sigarra.up.pt/fpceup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file?pct_gdoc_id.
- CARRARA, Sérgio. Apresentação. Gênero e diversidade na escola. Formação de profissionais de Educação nas temáticas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília: SPM, MEC, Seppir, Conselho Britânico, Clam/Uerj, 2006.
- CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995
- CINCO OBRIGAÇÕES LEGAIS DOS ESTADOS EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS LGBT. Organização das Nações Unidas (ONU) em 2012 WWW.nacoesunidas.org/onu-lanca-quia-com-obrigacoes-dos-estados. Em 10 / 09/ 15
- CURSO VIDAS PLURAIS – Nucleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (Nedig/Ceam/Unb – Distrito Federal, 2010.
- Da Silva, Sérgio G, (2010) Artigo - Direitos Humanos: Entre o Princípio da Igualdade e a Tolerância – ISS/UFRJ Disponível https://www.academia.edu/2568734/Direitos_Humanos_entre_o_principio_de_igualdade_e_a_tolerancia acesso 01 out 2015
- SANTOS, Dayana B. Carlin dos. Nome Social de Travestis e Transexuais na Escola Básica: Política Pública Afirmativa ou Capricho? Curitiba. 2009. Disponível <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/> acesso em 15 set 2015
- DINIZ, Débora - Apresentação no Seminário Plano Nacional de Educação: "Mobilização Nacional por uma Educação sem Homofobia. www.youtube.com/watch?v=NgjpEurmKiU

DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DIRETRIZES CURRICULARES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL – Educadores. Disponível In: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf acesso em 06 jul 2015

DIVERSIDADE SEXUAL – UMA BREVE INTRODUÇÃO – kotlinski, Kelly. Disponível [http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo -
_diversidade_sexual - artigos e teses.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo_-_diversidade_sexual_-_artigos_e_teses.pdf) acesso em 10 jul 2015

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL. Dinis. Nilson Fernandes. Disponível In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf> acesso em 20 jul 2015

VIULA, Sérgio. EM BUSCA DE MIM MESMO. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2010.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e Relações Étnico-Raciais, Livro de Conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. In: Caderno SECAD 4 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília-DF, 2007

LIBÂNEO, José Carlos, Didática, 1994. Ed. Cortez São Paulo

LIONÇO, Tatiana. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres : EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista. 11ªed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

PESSOA, Fernando. 1990. Ed. Nova Aguilar. Rio de Janeiro

PRADO, Marco Aurélio, M. MACHADO, Frederico Viana, Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRECONCEITOS CONTRA HOMOSSEXUALIDADE: a hierarquia da invisibilidade. Prado. Marco Aurélio Máximo e Machado. Frederico Viana. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Preconceitos; v. 05)

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR – guia com Sugestões de Atividades Preventivas para a HTPC e Sala de Aula. Disponível <http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/B.pdf>. Acesso em 15 jul 2015

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira** - seus fundamentos econômicos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

Wikipedia. Os Quatros Pilares da Educação, in:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o?veaction=edit